

Departamento de Sociologia

**As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos
Escolares Alternativos**

Catarina Teresa Reis Rebelo Sobral Vilhena

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Família e Sociedade

Orientador:
Doutor Patrícia Ávila, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Outubro, 2010

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

Resumo

A presente investigação enquadra-se nos estudos sobre as alternativas educativas e/ou formativas ao ensino regular, incidindo em particular nas expectativas profissionais dos jovens que frequentam estas vias de ensino. Os objectivos que orientaram este trabalho foram: conhecer as trajectórias escolares dos jovens de forma a compreender as suas escolhas formativas actuais e a sua opção por percursos escolares alternativos ao ensino regular, compreender se os motivos que levaram os jovens a escolher percursos escolares alternativos estão associados às escolhas profissionais futuras, e também analisar de que forma a opção formativa actual prepara os jovens para a entrada no mercado de trabalho.

O estudo foi enquadrado teoricamente focando os temas das Desigualdades Sociais e Exclusão Social em contexto escolar, bem como a análise de percursos escolares alternativos.

Foram entrevistados jovens que frequentam o 3º Ciclo do Ensino Básico em turmas CEF e PIEF numa escola do concelho de Sintra. Analisaram-se as condições socioeconómicas destes, bem como as suas trajectórias escolares anteriores e actuais à entrada na presente modalidade de ensino e as suas perspectivas profissionais futuras. Os jovens apresentaram um percurso escolar marcado pelo insucesso e abandono escolar. Contudo, após entrarem nesta modalidade de ensino, passaram a valorizar a educação, aspirando prosseguir com a escolarização ao nível secundário e profissionalizante, adiando assim a sua entrada no mercado de trabalho.

Palavras – Chave: desigualdades sociais e escolares, exclusão social, insucesso e abandono escolar, modalidades de ensino, expectativas e inserção profissional.

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

Abstract

The present investigation sets itself on studies on educational alternatives and/or formative alternatives to Regular School, focusing in particular as youngsters' employment expectations.

We may consider as goals of the study: to know the Scholar paths of the youngsters in order to understand their present formative choices and their option for alternative choices from those offered by Regular School; to learn if the motives that have led these youngsters to choose alternative scholar courses are connected to their future professional choices and to analyze in which way the present formative choice prepares the youngsters to succeed on their first job or on the Labour Market.

The theoretical frame of the study was designed taking in mind not only the Social Inequalities and Exclusions on Educational Environments; but also bearing in consideration the analysis of alternative scholar courses.

Were interviewed youngsters who attend 3rd Grade, pre-secondary students through CEF and PIEF classes in a school from Sintra. Their social and economical situations were analyzed as were their scholar backgrounds and all their learning information and job expectations prior to their CEF and PIEF attendance. The youngsters show a scholar background associated to failure and drop out but, nevertheless, once they have started to attend these Educational Programs they started to enhance Education and recognize its importance, aspiring to proceed their studies via Secondary or Professional Courses with the goal of starting their professional lives on Labour Market.

Key-words: Social Inequalities and Exclusions, Social Exclusion, School failure and drop out, Learning Modalities, professional expectations and professional incorporation on Labour Market.

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPITULO 1 - Enquadramento Teórico	2
1.1. Desigualdades Sociais e Exclusão Social em Contexto Escolar	2
1.2. Percursos escolares alternativos e Futuro Profissional dos Jovens	7
1.3. Caracterização do Sistema de Ensino e dos Percursos Escolares Alternativos em Portugal.....	12
1.3.1. Cursos de Educação e Formação (CEF)	14
1.3.2. Percursos Integrados de Educação e Formação (PIEF)	15
CAPITULO 2 - Modelo de Análise e Metodologia de Investigação	18
CAPITULO 3 - Análise e Discussão dos Dados Recolhidos	20
3.1. Caracterização da Escola Básica 2º e 3º Ciclos Professor Agostinho da Silva	20
3.2. Condições Socio-económicas	21
3.2.1 Caracterização dos Entrevistados	21
3.2.2. Estrutura e Composição do Agregado Familiar	22
3.2.3. Origens Sociais e Escolares dos Pais.....	23
3.3. Trajectórias Escolares	25
3.3.1. Trajectórias Escolares Anteriores à Entrada no Percorso Escolar Alternativo	25
3.3.2. Trajectória Formativa Actual	27
3.4. Expectativas Profissionais Futuras	30
3.4.1. Relação Formação-Profissão	30
3.4.2. Perspectivas Futuras	32
SÍNTESE CONCLUSIVA	35
BIBLIOGRAFIA	38
ANEXOS	39
Anexo A - Operacionalização de Variáveis	40
Anexo B - Guião de Entrevista Semi-estruturada	42
Anexo C – Curriculum Vitae	44

Índice de Quadros

Quadro 2.1. : Modelo de Análise.....	18
Quadro 3.1. : Caracterização dos Entrevistados	21
Quadro 3.2. : Estrutura e Composição do Agregado Familiar	22
Quadro 3.3. : Origens Sociais e Escolares dos Pais	23
Quadro 3.4. : Número e anos das reprovações	25
Quadro 3.5. : Diferenças sentidas relativamente ao percurso escolar anterior e o actual .	29
Quadro 3.6. : Locais de Estágio dos Entrevistados	31
Quadro 3.7. : Perspectivas futuras dos entrevistados após a formação actual	32

INTRODUÇÃO

No âmbito da frequência no Mestrado Família e Sociedade do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, a presente dissertação debruça-se sobre o tema das expectativas profissionais dos jovens inseridos em percursos escolares alternativos. Para a escolha deste tema, teve-se em conta os temas abordados ao longo da frequência no referido mestrado, bem como o interesse pessoal e profissional acerca desta pesquisa.

Na sociedade portuguesa assiste-se à existência de um grande número de jovens com inúmeras retenções escolares, com elevado absentismo, demonstrando inadaptação às matérias leccionadas e com tendência para o fenómeno do Abandono Escolar. Estes jovens, com vista à continuidade da frequência escolar e ao aumento das suas habilitações literárias, podem hoje recorrer a percursos escolares alternativos.

Tendo em conta a existência de um leque cada vez mais vasto de possibilidades escolares, para além do ensino regular, a nossa pergunta de partida foi “Quais as expectativas profissionais dos jovens com percursos escolares alternativos?”

Os objectivos que se pretendem alcançar com a presente dissertação de mestrado são: conhecer as trajectórias escolares dos jovens de forma a compreender as suas escolhas formativas actuais e a sua opção por percursos escolares alternativos ao ensino regular; compreender se os motivos que levaram os jovens a escolher percursos escolares alternativos estão associados às escolhas profissionais futuras; analisar de que forma a opção formativa actual prepara os jovens para a entrada no mercado de trabalho.

Como forma de responder à questão de partida e aos objectivos enunciados, a presente dissertação de mestrado irá inicialmente debruçar-se sobre o enquadramento teórico do tema em causa, que será composto por três pontos, sendo estes as Desigualdades Sociais e Exclusão Social em Contexto Escolar, os Percursos Escolares Alternativos e Futuro Profissional dos Jovens, e a Caracterização do Sistema de Ensino e dos Percursos Escolares Alternativos em Portugal. Seguidamente será apresentado o Modelo de Análise, bem como a Metodologia de Investigação. A fase seguinte corresponde à Análise e Discussão dos Resultados Obtidos, seguindo-se as Considerações Finais da presente investigação.

CAPITULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. DESIGUALDADES SOCIAIS E EXCLUSÃO SOCIAL EM CONTEXTO ESCOLAR

Segundo Ana Nunes de Almeida (2006), em Portugal a intervenção do Estado na educação sempre foi uma das áreas consideradas fulcrais e que mais intenções de reforma viu serem reivindicadas. Contudo para a autora, estas reformas nem sempre têm sido concretizadas.

A criação de um sistema de ensino público moderno teve como intenção principal por parte do Estado liberal burguês, a homogeneização cultural e linguística. No entanto, a escola por este defendida apenas se apresentava como resposta para a classe burguesa e liberal, não tendo um sentido universal, e criando limitações, regras restritivas e constrangimentos ao acesso generalizado de todos os grupos sociais (Almeida, 2006).

Mesmo nos países mais avançados da Europa ao nível da escolarização, só tardiamente foi permitida a entrada das mulheres e dos grupos sociais mais carenciados na escola dita pública, ou seja, a escola para todos, com igualdade de acesso que se apregoou desde muito cedo, apenas muito tempo depois se concretizou. Na opinião desta autora, sempre existiram duas velocidades para a escolarização em Portugal; por um lado, um longo percurso escolar para os jovens das classes burguesas, e por outro, os jovens oriundos das classes mais populares conformados com uma escolaridade obrigatória.

Na perspectiva de João Sebastião (1998), a intervenção do Estado na educação iniciou-se quando este definiu que o acesso à mesma deveria ser gratuito e obrigatório. O Estado considerava que, ao torná-la gratuita, eliminava os obstáculos materiais que impediam os filhos das classes sociais mais desfavorecidas ao seu acesso. Contudo, esta tarefa não se revelou fácil, uma vez que estas classes sociais continuavam a “resistir” em nome da tradição e da incultura dos povos, preferindo transmitir os seus saberes e conhecimentos pela via da oralidade e não pela escrita (Sebastião, 1998: 311-327). O Estado, ao estabelecer a obrigatoriedade, pretende que todas as crianças adquiram a escolaridade básica, ao mesmo tempo que as suas famílias são socializadas. Porém também a obrigatoriedade acarretou problemas, que ainda hoje não estão resolvidos. Algumas famílias consideram-na como uma imposição, encarando a escola como estranha e indesejada.

A escolaridade obrigatória trouxe ainda outros problemas de difícil resolução, relacionados com a passagem da “escola de elites” para a “escola de massas”, pois os currículos, os conteúdos e a formação de professores não foram alterados. Segundo Sebastião (1998), esta condição provocou muitas situações de exclusão, decorrentes de mecanismos de

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

selecção interna na escola. Apesar da possibilidade de mobilidade social através da educação, muitos ainda a vêem com desconfiança, principalmente quando conseguem alcançar uma elevada escolaridade e esta se demonstra ineficaz ao se depararem com a desvalorização dos diplomas, provocando inclusivamente dificuldade de inserção no mercado de trabalho (Sebastião, 1998; Abrantes, 2003).

Na perspectiva de Sebastião (1998), a difusão da escolaridade básica não é um processo claro, nem fácil. A percentagem de analfabetos em Portugal foi sempre bastante alta e com uma redução bastante lenta, sendo que ainda em 1991, a sua percentagem era de 15,3%. A acrescentar a esses valores vem ainda o facto de haver resistência de alguns alunos de prolongar as suas habilitações académicas para além daquelas consideradas como mínimas obrigatórias. Este autor acredita ainda que, quando se dá o fenómeno do abandono escolar, este revela-nos por parte da escola a uma certa impotência na sua resolução, havendo ainda situações de verificável alegria pelo afastamento dos alunos por não se encontrarem soluções para muitos dos seus problemas (Sebastião, 1998: 311-327).

“A escola, instituição criada com o objectivo de levar o saber a toda a população, confronta-se assim com uma nova série de desafios para os quais não parece estar particularmente preparada” (Sebastião, 1998: 322). Hoje a escola preocupa-se em competir num mercado global, em dar resposta à diversidade cultural e às diferentes pressões sociais para fornecer melhor educação. A globalização assume então um papel central na educação dos países industrializados. Todas estas contingências implicam que as escolas modifiquem os seus modelos pedagógicos, estruturam a sua organização e o seu currículo em torno destas modificações provocadas pela era da globalização.

Outra questão apontada por João Sebastião (1998) é a da qualidade do ensino, sendo crescente a reivindicação por melhores instalações, planos de formação, estabilidade dos docentes. É certo que uma educação deficiente funciona como um desinvestimento que não beneficia a sociedade e os indivíduos que a ela recorrem.

Segundo Almeida (2006), com a revolução de 74 a ideia de igualdade de oportunidades tornou-se fulcral para as políticas de educação, através da criação de uma escola única. Contudo, é difícil para a escola contrariar os mecanismos de reprodução social e cultural criada por ela ao longo de tantos anos, tornando desta forma difícil a imposição de um compromisso válido de universalização da escola. Juntamente com o imperativo da igualdade de oportunidades, surgiu a procura da qualidade e eficácia na gestão dos recursos públicos, a concorrência e as virtudes do mercado, como factores que condicionam o aluno em formação. Foi então necessária uma nova delimitação da escolaridade mínima obrigatória, assim como

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

uma reformulação dos currículos, a criação de escolas profissionais e muitas outras medidas que assentaram numa lógica de individualização e do imperativo de construção da autonomia individual da modernidade educativa. Através destas medidas, pretendia-se assegurar o direito à diferença e o respeito pela personalidade e pelos projectos individuais, abrindo caminho para a preocupação com determinados alunos, desde os com dificuldades de aprendizagem aos sobredotados.

Na opinião de Ana Nunes de Almeida (2006), a escolarização da população não é um processo uniforme, sendo este pautado por numerosas assimetrias. Isto é, por repetências e abandonos precoces para alguns indivíduos, e por investimento no ensino superior para outros, bem como por adultos com fracas aptidões académicas e por jovens que tardam a sair do sistema de ensino. Segundo a autora, o acesso a uma cultura de escrita é lenta e ainda não é geral para toda a população portuguesa, mas tem demonstrado uma aceleração nos últimos 30 anos. Há que destacar que, “só em meados do século XX é que mais de metade da população adulta atinge competências de literacia” (Almeida, 2006: 30).

Estudos recentes dirigidos à avaliação directa das competências de literacia, mostram que permanecem na população adulta portuguesa défices elevados de literacia. Segundo dados de 1998, entre 70 a 80% da população adulta (15-64 anos) situa-se nos níveis mais baixos de literacia (Ávila, 2005: 201-202).

A grande importância dada hoje à escolarização das crianças e jovens na sociedade portuguesa é verificável através do elevado número de alunos matriculados nas escolas, o que demonstra que, até aos 15 anos de idade, não há local mais indicado aos jovens do que esta, constituindo-se como a sua ocupação principal. Do ponto de vista económico e político, a educação para todos possibilita o progresso económico, a modernização capitalista e o controlo social (Almeida, 2006). Contudo, o facto de haver muitos alunos matriculados até idades mais avançadas, não significa que estes estejam nos níveis de ensino esperados para determinado escalão etário (Abrantes, 2003; Almeida, 2006). Cruz (2004), sugere ainda que, geralmente, a escola se mantém demasiado afastada da realidade dos alunos, das suas vivências e culturas. Relativamente às políticas de educação, estas tentam promover uma escola aberta para a comunidade, fazendo ligação ao mundo real dos alunos. A criação de novas medidas estão na ordem de novos paradigmas, que pretendem provocar mudanças na escola, concebendo-a a partir do trabalho colectivo, que envolvem a escola, a família e a comunidade.

Como forma de se compreender a escola, Abrantes (2003), acredita ser necessário conhecer os agentes nela envolvidos, principalmente os alunos, pois as suas identidades são

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

construídas pelas condições e experiências vividas no meio envolvente, sendo desta forma criadas também pela escola, local privilegiado onde os jovens definem as suas posições e os seus projectos de futuro.

Ana Nunes de Almeida (2006) relança ainda uma outra ideia, baseada esta na relação existente entre a família e a escola, constituindo a primeira um elemento preponderante para aquilo que se passa no sistema escolar. A escola é um local de inquestionável socialização entre pares e classes, cria expectativas nos jovens que podem contrariar as suas posições sociais de partida, mas também pode produzir um desencantamento com o mundo. Por um lado, as classes culturais e economicamente favorecidas tentam manter a sua vantagem social, já as classes desfavorecidas vão aumentando os seus níveis de escolaridade mas não alcançam a tão desejada ascensão social. Isto deve-se ao facto do sistema de ensino criar expectativas de novas oportunidades, provocando as oportunidades que realmente existem um sentimento de desilusão e de potencial revolta.

Na escola, milhares de jovens procuram um sentido para a vida. Contudo, em muitos casos esta apenas reforça o caminho traçado no contexto familiar, podendo ter mesmo um sentido destrutivo. Mas a escola também pode dar um novo rumo, através da criação de novos projectos futuros. Autores apontados por Abrantes (2003), consideram ser possível aos jovens dos meios sociais desfavorecidos criar estratégias para a promoção social, estratégias essas que podem passar pelo seio familiar e por uma outra visão do mundo e das oportunidades de vida.

No entanto, este mesmo autor, ao rever estudos elaborados por Bourdieu, salienta que o sistema de ensino recorre a uma “violência simbólica”, isto é, garante a reprodução do capital cultural, formulando a ideia de que as classes populares não possuem instrumentos próprios para obter sucesso escolar, fazendo-as crer que são de facto incapazes de alcançar o sucesso a esse nível. É reforçada ainda a ideia de que os indivíduos com um capital cultural mais elevado investem mais na educação dos seus filhos, tentando manter o status que lhes é herdado. Por outro lado, os indivíduos de classes mais baixas fazem as suas escolhas sozinhos, o que provoca mais uma vez o desinteresse e distanciamento em relação à escola. A escola torna-se estranha para estes e sentem-na como uma ocupação passageira que os conduzirá a uma profissão desqualificada e que confirma a sua posição de classe, ocorrendo também em muitas situações fenómenos como o abandono escolar precoce.

Na perspectiva de Joaquim Azevedo (1999), o abandono escolar precoce constitui um complexo problema social, tanto ao nível das suas causas, como nas suas formas, tendo consequências a níveis sociais e profissionais. Para este autor o abandono escolar precoce está

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

normalmente inscrito num clima de ruptura. Esta dá-se no terreno escolar, conduzindo ao abandono da escola antes de concluído a escolarização obrigatória ou o limite legalmente estipulado.

Segundo o autor, ao mesmo tempo que o sistema escolar canaliza compulsivamente todos os seus membros para o acesso e usufruto de um bem social que considera essencial, alimentando-os de fortes expectativas sociais em torno desse benefício, parece também preparar uma parcela desses membros para uma armadilha social dominada de exclusão social. Esta exclusão é um processo que vai ocorrendo lentamente e a “escola para todos” vai empurrando para as margens um bom número dos que acolheu.

Para Abrantes (2003), as classes sociais, as etnias e o género funcionam não como características estruturais impostas, mas como experiências incorporadas nas identidades e culturas dos indivíduos. Os alunos ao entrarem para a escola trazem consigo disposições e concepções do mundo próprias, derivadas da sua origem, influenciando a sua atitude e a sua relação com a escola. Contudo, ao longo da sua passagem pelo sistema de ensino os indivíduos irão construir a sua identidade relacionando essas disposições com a experiência escolar.

Mas nem sempre este processo é linear, por existirem jovens que demonstram a sua rejeição para com a escola, recusando a cultura que esta transmite, mantêm junto desta apenas uma relação utilitarista de conservação de aparências, sem que nela invistam, apresentam uma visão dos professores como inimigos, valorizam a indisciplina, desprezam o sucesso escolar, vêem o seu grupo de pares como a sua unidade social básica, e dedicam o seu tempo à diversão e não há obtenção de qualificações. Ana Nunes de Almeida (2006), reforça ainda a ideia de que, o facto das escolas públicas se organizarem pautadas pela homogeneização das turmas e pela área residencial, contribui para um reforço das redes de sociabilidade fechadas, restritas a determinados bairros de residências, o que pode por ventura condicionar as possibilidades de cada grupo de alunos.

No que concerne à ideia chave do autor Pedro Abrantes (2003), este defende que

“O campo cultural se tornou a arena onde as batalhas são travadas e onde as clivagens são definidas. Pode-se invocar mais uma vez as distâncias e incompreensões culturais que persistem entre os grupos desfavorecidos e a cultura escolar”, mas pode-se também “equacionar a possibilidade de os jovens, enquadrados pelos grupos e culturas de origem construírem culturas autónomas, aderindo ou resistindo ao sistema de normas e valores em que se baseia a escola” (Abrantes, 2003: 22)

João Sebastião conclui que,

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

“A escola que encontramos é uma escola dividida entre o voluntarismo de muitos (...), e a lógica massificadora, incapaz de ajudar um elevado número de jovens a realizar experiências educativas que lhes possibilitem alterar trajetórias de vida marcadas pela desigualdade e exclusão. Modificar tal panorama pressupõe um verdadeiro empenho comunitário nas questões educativas, lutando por alterar uma prolongada relação de desconfiança mútua entre as populações e a escola, de forma a que o esforço suportado por toda a sociedade constitua um real factor de progresso social” (Sebastião, 1998:325).

1.2. PERCURSOS ESCOLARES ALTERNATIVOS E FUTURO PROFISSIONAL DOS JOVENS

Na perspectiva de Américo Peças (2001), quando se pretende fazer uma abordagem da escola inclusiva, é imprescindível realçar-se que os indivíduos com graves carências económicas, são considerados por muitos como culturalmente marginais. Para o autor, são estes que na maioria das vezes se encontram à margem da escola. Contudo, defende, que para eles a escola é considerada vital, uma vez que “são os mais desprotegidos e os mais diferentes que precisam de mais e melhor escola” (Peças, 2001: 4). Peças (2001) defende ainda que a escola acolhedora e inclusiva deve ser considerada como uma organização de aprendizagem para todos, uma vez que todos os alunos vão à escola para aprender e os professores são organizadores de ambientes de uma aprendizagem fecunda para todos. Por outro lado, o autor alerta que, tendo em conta as transformações sociais, culturais, políticas e económicas com as quais as sociedades se deparam e a diversidade sócio-cultural que compõe a população escolar, impõem-se novos desafios e novos mandatos para a escola. Para além das componentes pedagógicas, a escola tem de associar uma dimensão social à educação, de forma a adequar-se à heterogeneidade dos alunos, criando novas dinâmicas que facilitem a todos o sucesso educativo.

É inevitável para Peças (2001), pensar se as alternativas que compõem a diversificação curricular são formas que efectivamente contribuem para uma escola democrática, ou se, por ventura, são novas medidas discriminatórias que contribuem para a desigualdade entre alunos. É importante ainda reflectir-se sobre se estas medidas, mais profissionalizantes, permitem a empregabilidade, a integração social e a formação dos jovens.

No estudo desenvolvido por Maria das Dores Guerreiro (2006), acerca dos jovens e do mercado de trabalho, é notória uma crescente preocupação dos jovens com a conclusão do ensino obrigatório, uma vez que, uma ausência de diploma equivale à obtenção de emprego em sectores mais desqualificados. Nestes casos, o desejo de concluir a escolaridade obrigatória está associado a uma aspiração de mobilidade social que permita a entrada no

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

mercado de trabalho. Após um abandono escolar precoce, alguns voltam à escola, através de outras modalidades de ensino, esforçando-se para suprimir as suas carências formativas iniciais. Muitos jovens que experimentaram situações negativas no ensino regular procuram alternativas para concluir o 9º ano de escolaridade, principalmente se estas tiverem um cariz mais profissional e também incluírem algum apoio económico, preferindo cursos de formação com estágio profissional.

Assim,

“A articulação com o mercado de trabalho parece pois a questão chave na abordagem aos cursos profissionais. Neste domínio, as competências tecnológicas ganham especial relevo, havendo uma discussão permanente acerca das tecnologias aprendidas nos cursos e as que são utilizadas no contexto profissional. Esse parece ser um ponto fundamental na adaptação e integração dos jovens ao emprego” (Guerreiro, 2006: 192).

No estudo realizado por Abrantes (2003) torna-se claro que,

“O facto da escola apostar na diversificação dos cursos e vias de ensino ministrados constitui um meio eficaz de se aproximar dos diferentes tipos de jovens, sobretudo daqueles que estão em geral mais desadaptados e desagregados no espaço escolar, valorizando as suas disposições, contornando as suas resistências, reintegrando-os na escola. Todavia, essa política pode também isolar e excluir alguns jovens, segmentando e hierarquizando o tecido escolar, bloqueando as tais redes de sociabilidade interclassistas, sobretudo quando determinados grupos sociais são encaminhados sistematicamente para certas vias de ensino (as classes desfavorecidas para os currículos alternativos, ensino recorrente, tecnológico ou profissional), fechadas em certos horários e espaços mais periféricos” (Abrantes, 2003: 132).

Por outro lado, Belmiro Gil Cabrito (1994) avança com algumas situações problemáticas evidenciadas pelo sistema de ensino unificado, ou dito regular. Para este autor, verifica-se à saída do sistema regular de ensino, a um número elevado de jovens sem quaisquer qualificações para o desempenho de actividades produtivas, podendo referir-se que estes não adquiriram conhecimentos, atitudes e capacidades para o bom exercício de uma profissão. Outro dos problemas avançado por este autor é o facto do sistema de ensino regular se basear essencialmente na transmissão e aquisição de saberes humanistas, ou seja, sem que se especifiquem em saberes científicos e tecnológicos, assim como a existência de muitos jovens recém-saídos do ensino que não encontram trabalho ou experimentam formas precárias de ocupação, por não estarem, segundo este, devidamente preparados para enfrentar o mercado de trabalho.

Para Cabrito (1994), só um esforço conjugado entre os sistemas de ensino e produtivo será capaz de resolver o problema de estarem a aumentar as situações de desemprego entre

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

indivíduos sem adequada qualificação, atendendo às propostas de emprego que são oferecidas. Mesmo assim, tem-se desenvolvido, ao longo das últimas décadas, uma aproximação entre a escola e o sistema produtivo, desenvolvendo experiências de formação alternada que garantem aos indivíduos conhecimentos e atitudes para melhorar a sua integração no mercado de trabalho.

Na opinião do autor, o aumento da escolaridade tem retardado a entrada dos jovens na vida activa. Mas ao mesmo tempo tem-se verificado um aumento do número de jovens que abandona o sistema de ensino antes de terminar a escolaridade obrigatória ou após sucessivos insucessos escolares, existindo na população activa um elevado número de jovens, entre os 16 e os 18 anos, sem qualificações profissionais ou académicas.

Na opinião de Luís Imaginário (1999), uma forma de colmatar esta realidade surge através do recurso a modalidades de ensino alternativas ao ensino regular. As alternativas ao ensino regular possibilitam a protecção contra a exclusão social dos mais desfavorecidos, do sistema educativo. Estas permitem a reinserção socioprofissional dos que se encontravam no exterior dos sistemas educativos, sem títulos de formação, em situação ou ameaçados de desemprego. Por outro lado, estas também se adequam a jovens com baixos níveis de expectativas, quanto ao sucesso escolar, ao futuro da sua empregabilidade, com pobre auto-estima, fraca motivação, com dificuldades de aprendizagem, entre outros. A formação de alternância combina formação teórica e formação prática em contexto de trabalho. Do ponto de vista pedagógico este tipo de formação tem inúmeras vantagens. Se por um lado, existem jovens que não se adaptam à escola a tempo inteiro, as alternativas podem promover o sucesso educativo, podendo ainda tornar mais facilitada a entrada no mercado de trabalho.

Também para Carlinda Leite (1999), a flexibilização curricular constitui uma medida preventiva de exclusão e de entusiasmo de alunos e professores. Todo o indivíduo tem direito a escolher livremente as suas trajectórias educativas, devendo-se reconhecer a existência de experiências de vida diferentes, podendo para alguns a escola não estar inscrita na cultura que lhe é familiar. As escolas têm que questionar a sua organização e a formação que oferecem, respondendo com qualidade a todos os que a elas recorrem, pautando-se por dinâmicas de inclusão e promoção do sucesso escolar. A escola como organização, propõe-se formar cidadãos aptos para a vida na sociedade actual. Sempre que a sociedade muda, a escola tende a mudar, adequando-se às novas demandas. Será desejavelmente uma organização flexível e adaptativa que se molda ao meio que a rodeia.

Guerreiro (2006), considera que as desigualdades qualificacionais provocam a divisão quanto aos trajectos e oportunidades dos jovens, uma vez que se para alguns jovens é possível

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

lidar com as transformações sociais (pois adquiriram diplomas e competências para tal), outros apresentam enormes carências ao nível das competências, apresentando uma enorme dificuldade de adaptação profissional, e correndo riscos elevados de exclusão social.

Por outro lado, há ainda um outro factor que proporciona dificuldades de inserção no mercado de trabalho, que diz respeito à distância entre o sistema educativo e o mercado de trabalho, constituído o primeiro por uma lógica rígida e academista, em que as lógicas de empregabilidade são desvalorizadas. Para dar resposta a esta desadequação surge um ensino mais técnico e profissional. No entanto, este tipo de ensino ainda está voltado para uma minoria de jovens e pode ainda ter uma vertente reduzida da prática e da profissionalização.

É certo que hoje, todos os jovens têm a possibilidade de recorrer ao sistema de ensino; Contudo, as suas experiências e percursos são distintos e as competências adquiridas, muito diferenciadas e assimétricas, podendo condicionar a entrada no meio laboral. Por sua vez, no que toca ao mercado de trabalho, estamos hoje a sofrer mudanças profundas, com o crescimento do desemprego, a competição e, tal como já foi referido, a uma desvalorização dos diplomas. Canário, citado por Cruz (2004), considera que o diploma mais desvalorizado hoje é o de 9º ano do ensino básico. Assim, se por um lado não o possuir é significado de não deter qualquer habilitação, ao mesmo tempo este é considerado o mínimo do mínimo dos diplomas.

De acordo com a visão de Pedro Abrantes (2003), os jovens das classes sociais mais altas das sociedades modernas alargam cada vez mais o seu percurso na escola, prolongando-se a semi-dependência das suas famílias de origem. Contudo, nos jovens das classes sociais mais desfavorecidas, esta é uma realidade mais curta e com constrangimentos, que aliada à sua má relação com a escola e à sua escassez de recursos, culmina no abandono prematuro do sistema de ensino, levando-os a tentar ingressar mais rapidamente na vida activa. Mas há ainda que destacar que também para estes jovens, a independência económica pode ser alcançada tardiamente, o que se deve às menores oportunidades existentes no mercado de trabalho e à actual criação de novas ofertas ao nível da educação.

Pedro Abrantes (2003) realça a opinião de Pais, que se debruça sobre os percursos caóticos dos jovens no mercado de trabalho, devido à precarização do trabalho. Apesar da multiplicidade de recursos e estratégias educativas, é difícil para os jovens a construção de projectos de vida. Assim, a escola continua a ser vista como um espaço hostil e desajustado da realidade e a precariedade laboral acompanha a maioria dos jovens, independentemente das habilitações que possuem.

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

Quando desenvolvem uma formação para o emprego, os jovens experimentam trajetórias escolares e formativas o que lhes podem permitir uma entrada no mercado de trabalho munida de qualificações indispensáveis no contacto com diversas experiências de trabalho, adquirindo competências para o exercício de uma profissão. Cabrito (1994), defende que a

“Aproximação ao mundo do trabalho, não deverá afectar a aquisição de conhecimentos gerais e tecnológicos nem o desenvolvimento de atitudes e de competências que se concretizam em dimensões como a negociação, o respeito pelos outros, o aceitar do confronto, a cooperação, a decisão, e que se constituem como um dos objectivos do acto educativo, sob pena de conduzir à reprodução de vias paralelas, com uma via menos nobre, tecnicista, que se esquece da necessidade de desenvolver para a cidadania, para a democracia e para a participação” (Cabrito, 1994: 21).

Na opinião deste mesmo autor, a iniciativa de tornar a empresa parceiro da educação permite que os jovens desenvolvam competências qualificadas para a inserção na vida activa, surgindo as experiências educativas na empresa como facilitadoras na passagem da escola para o trabalho. Mas também a escola pode contribuir para a formação dos jovens, favorecendo a aquisição dos saberes inerentes à profissão e o desenvolvimento de atitudes e competências sociais através de uma recriação da realidade do trabalho inserido no espaço curricular. Deve ter-se em conta que na formação alternada entre a escola e a empresa, a escola deve ter ainda uma posição dominante, não podendo perder-se o horizonte educativo em detrimento da formação em contexto de trabalho.

Segundo este autor, uma das características normalmente associadas à adopção pelos jovens de uma formação alternada entre a escola e a empresa está relacionada com as características económicas, sociais e escolares desses mesmos indivíduos, pertencendo normalmente estes jovens a um público economicamente carenciado e marcado pelo insucesso escolar, com desmotivação relativamente ao ensino regular. Este público procura adquirir formação escolar creditada, utilizando a experiência formativa em contexto de trabalho como um instrumento de valor para a procura de trabalho. “Esta formação tornaria possível a obtenção de créditos escolares e experiências certificados, potenciadores de uma inserção mais rápida e mais fácil no mercado de trabalho” (Cabrito, 1994:77).

Relativamente à diversificação curricular, Fátima Antunes (1998), entende que esta celebra a tentativa do Estado a reformular o seu papel na área das políticas sociais e de educação. Ao se pensar na criação de ensinamentos profissionalizantes para a formação de técnicos intermédios altamente qualificados, esta é uma medida coerente como solução às prioridades

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

e estratégias de desenvolvimento local e regional, e que vem dar resposta ao problema de desemprego dos jovens, emergente das situações de desadequação de qualificação para os empregos “supostamente” disponíveis.

Com a democratização de ensino, pretende-se que todos os indivíduos alcancem posições sociais superiores, independentemente das suas condições sociais e culturais. Assim,

“A democratização da educação aparece configurada como a reivindicação do cumprimento das promessas da escola meritocrática: que, ao nível dos indivíduos, seja possível a qualquer deles (mas não a todos, nem porventura ao maior numero) aproveitar e usufruir das vantagens e benefícios provenientes da posse de títulos escolares, independentemente da sua origem social e identidade cultural, tornando possível a constituição de elites em que alegadamente terão lugar os mais capazes, talentosos e persistentes, permitindo ao país beneficiar de todos os seus “recursos humanos” (Antunes, 1998: 67).

Na perspectiva de Fátima Antunes (1998), a diversificação da educação é encarada como uma resposta às preocupações com a regulação social das identidades, expectativas e trajetórias profissionais e sociais dos jovens mas também como uma solução para as incertezas e precariedades muitas vezes sentidas por estes. Ao se pensar em igualdade de oportunidades na escola, deve-se encará-la na perspectiva do desenvolvimento de talentos e de capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais, tendo em conta os interesses, valores competências, vocações e projectos individuais, permitindo que através do mérito se ocupe a posição social a que se tem direito independentemente do grupo social a que pertencem. Desta forma, para a autora,

“Igualdade de oportunidades fica assim operacionalizado como possibilidades de ascender aos estatutos e carreiras escolhidas, de acordo com as capacidades de cada um e as necessidades do país, anulando os efeitos restritivos do meio familiar e de origem, portanto, distribuindo mais justamente as desigualdades sem, no entanto, pretender eliminá-las” (Antunes, 1998: 139).

1.3. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO E DOS PERCURSOS ESCOLARES ALTERNATIVOS EM PORTUGAL

Num estudo recente coordenado por Luís Capucha (2009), este autor pretendeu fazer uma caracterização do sistema de educação e formação português, dando ênfase a algumas situações problemáticas evidenciadas neste sistema. Destaca este autor que, ainda no ano 2001, os indivíduos com qualificações que não excediam o 3º ciclo do ensino básico representam uma grande maioria entre os activos residentes em Portugal. É perceptível, segundo este autor que Portugal continua a evidenciar um grande número de baixas qualificações, resultantes de um duradouro desinvestimento na educação.

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

Luís Capucha (2009) entende que a evolução da estrutura de qualificações da população activa se encontra inevitavelmente associada ao desempenho do sistema de educação-formação, sendo este avaliado pela capacidade de *cobertura* da população por parte do sistema, pela *eficácia* na conferência de qualificações e pela forma como o sistema contraria a tendência para a *reprodução social* das situações de desigualdade escolar.

Ao nível da cobertura, esta tem melhorado ao longo dos últimos anos, uma vez que, a partir de 2000, todas as crianças com idade inferior a 14 anos frequentam a escola, tendo a medida sido alargada aos 15 anos de idade, a partir de 2006. Destaca Capucha (2009), que no ano lectivo 2007/2008, de todos os jovens com 16 anos, apenas 5,7% não frequentou a escola ou instituição equivalente. Mas esta percentagem vai aumentando para 17,1% para os jovens com 17 anos. Aos 18 anos a situação é menos satisfatória, sendo que 34,6% dos jovens com esta idade não se encontram a frequentar nenhuma das medidas de educação-formação.

Relativamente às taxas de abandono escolar precoce, também estas têm diminuído nos últimos anos. No início da década de 90, o número de jovens entre os 18 e os 24 anos que abandonou precocemente o sistema de educação e formação atingiu a percentagem de 50%, enquanto que em 2007 essa taxa foi reduzida para 36,3% dos jovens nessas idades.

No que concerne à eficácia na conferência de qualificações, esta encontra-se intimamente ligada à capacidade de promoção de sucesso escolar, sendo que apenas recentemente as taxas de retenção e desistência têm demonstrado uma consistente redução. Realça-se então que no ano lectivo de 2004/05, as taxas eram de 12,2% no ensino básico e de 33% no ensino secundário. Já no ano lectivo 2008/09, esta taxa situa-se nos 7,7% para o ensino básico e em 18,0% para o ensino secundário. Na promoção do sucesso escolar há ainda que ter em conta factores como a existência de alunos inscritos com idades significativamente superiores à idade prevista para cada ano de escolaridade e as taxas de retenção e desistência por cada ciclo de escolaridade. Relativamente ao primeiro indicador, há que destacar que quase um terço dos alunos com idades entre os 15 e 16 anos se encontra matriculado num ano de escolaridade cuja idade típica é dois anos inferior à sua. Estes dados demonstram, assim, que normalmente as retenções se verificam por mais de uma vez para cada indivíduo, algo que se torna preocupante ao se pensar a probabilidade de um indivíduo experimentar por mais de um ano uma situação de retenção é elevada.

Segundo o autor,

“São bem conhecidas algumas das medidas que melhor poderiam combater o fenómeno do insucesso e do abandono escolar precoce. A diversificação da oferta de vias vocacionais devidamente valorizadas no âmbito de políticas de educação-formação compreensiva é apontada

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

como uma das mais eficazes, dado que a selecção se fazia de modo a manter no sistema os alunos que visavam prosseguir estudos de nível superior, o que explica o peso relativamente reduzido das vias vocacionais quer no ensino básico quer, principalmente, no ensino secundário (...). É essa uma das características mais notórias do sistema em Portugal, desde o 25 de Abril até há bem pouco tempo” (Capucha, 2009: 24).

Ao analisar a evolução histórica de Portugal ao nível do ensino técnico e/ou profissional, Henrique Oliveira (2008) realça que este assumiu um papel de importância antes do 25 de Abril de 1974, com a existência de Escolas Comerciais e Industriais onde se formavam jovens técnicos em diversas áreas. Várias foram as gerações que se formaram com base nesta perspectiva, constituindo a escola na perspectiva do autor, o maior formador de mão-de-obra qualificada do país.

Contudo, no Pós 25 de Abril de 74, considerou-se discriminatória a distinção entre ensino liceal e profissional, havendo desta forma uma reformulação e uniformização do ensino. Com esta ruptura político-social, o país deparou-se com várias situações de colisão entre vários estratos sociais, muitas vezes pouco pacífica. Com o estabelecimento da escolaridade obrigatória para nove anos e com a execução de várias reformas no ensino, observa-se que nem sempre o resultado foi o esperado. Fenómenos como o abandono escolar precoce, o insucesso escolar e a difícil integração de jovens na vida activa, são alguns dos factores que surgiram nesta altura, mas que se mantêm ainda bem presentes actualmente.

Foi então que, no sentido a atenuar estes fenómenos, se desenvolveram novas políticas educativas, para uma nova motivação para alunos que se encontravam à margem do ensino dito regular, de forma a que se completem os vários ciclos dentro de prazos ditos “razoáveis”.

Pretende-se, em seguida fazer uma breve caracterização dos percursos alternativos do ensino, que irão ser abordados neste estudo. No entanto, salienta-se que os percursos abordados não constituem a totalidade das alternativas ao ensino regular para certificação do 3º Ciclo do Ensino Básico.

1.3.1. Cursos de Educação e Formação (CEF)

No sentido de caracterizar os Cursos de Educação e Formação recorreu-se ao Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho de 2004.

Segundo este despacho, a preocupação do Estado com a qualificação dos portugueses, mais concretamente em matéria de educação e formação, leva à criação de medidas que visem a promoção do sucesso escolar, bem como a prevenção dos diferentes tipos de abandono escolar, principalmente o desqualificado. Estas medidas constituem ainda uma estratégia das políticas activas de emprego, uma vez que a educação e formação constituem um meio

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

privilegiado de promoção das condições de empregabilidade e de transição para a vida activa dos indivíduos, assim como o suporte para o aumento dos níveis de produtividade da economia portuguesa.

O Estado teve então a necessidade de criar respostas educativas e formativas para colmatar estes fenómenos. Na altura da criação dos CEF, o Estado já tinha como medida definida um novo alargamento da escolaridade mínima obrigatória para o 12º ano, sendo desta forma que surge a

“Necessidade de criar uma oferta formativa com identidade própria que constitua uma modalidade de formação e qualificação diversificada, flexível e perspectivada como complementar, face a modalidades existentes, com o objectivo de assegurar um continuum de formação, estruturada em patamares sequenciais de entrada e de saída que fomentem a aquisição progressiva de níveis mais elevados de qualificação” (Despacho conjunto n.º 453/2004, 27 de Julho de 2004: 11 297).

É então com base nas necessidades sentidas pelo Estado e na análise da sociedade portuguesa que surgem os CEF. Destinam-se a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram o sistema de ensino, antes da conclusão da escolaridade de 12 anos, bem como aos que após conclusão dos 12 anos de escolaridade e não possuindo uma qualificação profissional, pretendem adquiri-la e ingressar na vida activa.

Os CEF proporcionam uma qualificação com equivalência ao 6º ou 9º e 12º anos do ensino básico de escolaridade, destinada a jovens que pretendam uma qualificação profissional para a entrada na vida activa, ou para o prosseguimento nos estudos. Estes apresentam uma estrutura curricular marcada pela via profissionalizante adequada aos níveis de qualificação, tendo em conta a especificidade das respectivas áreas de formação, compreendendo as componentes de formação sócio-cultural, formação científica, formação tecnológica e formação prática. São desenvolvidos por escolas públicas, particulares e cooperativas, escolas profissionais e centros de gestão directa e participada do IEFP, ou outras entidades formadoras credenciadas e em articulação com entidades da comunidade.

1.3.2. Percursos Integrados de Educação e Formação (PIEF)

A legislação que regulamenta os Percursos Integrados de Educação e Formação é remetida para o Despacho conjunto n.º 948/2003, de 26 de Setembro de 2003. Com base nas avaliações realizadas pelo Conselho Nacional de Combate à Exploração do Trabalho Infantil percebeu-se a necessidade de alargar e flexibilizar as respostas de combate ao abandono escolar motivados pela exploração do trabalho infantil ou por outras formas de exploração de menores e de exclusão social.

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

É com base nestas necessidades observadas que surge o PIEF. Apresenta uma vertente de integração, orientada para o despiste de situações e para a disponibilização de respostas de ordem social e económica, promovendo a inserção em actividades de formação não escolar, de ocupação e desenvolvimento vocacional, de orientação e de desporto escolar.

Os jovens devem ser menores, a partir dos 15 anos, em situação de exploração de trabalho infantil, abandono escolar e/ou vítimas de exclusão social. Este percurso permite ainda favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória através de uma qualificação profissional para menores com idade igual ou superior a 16 anos que celebrem contratos de trabalho (PIEC Empresa). A constituição do grupo-turma cinge-se ao princípio da individualização da aprendizagem, não devendo ultrapassar o limite de 15 alunos.

De acordo com o despacho conjunto referido, o PIEF concretiza-se, relativamente a cada menor, mediante a elaboração de um plano de educação e formação, baseado nos princípios: Individualização, tendo em conta a idade, a situação pessoal, os interesses e as necessidades de inserção escolar e social do menor, com base em avaliação diagnóstica inicial; Acessibilidade, permitindo a intervenção e a integração do menor em qualquer momento do ano lectivo; Flexibilidade, permitindo a integração do menor em percursos de educação e formação ou de educação extra-escolar, nomeadamente em acções susceptíveis de certificação ou de creditação no quadro de percurso subsequente; Continuidade, procurando assegurar uma intervenção permanente e integrada, através da frequência de actividades de desenvolvimento de competências, designadamente de carácter vocacional, de acordo com os recursos e as ofertas dos serviços e entidades tutelados ou apoiados pelos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho, em especial quando concluído o 2º ciclo do ensino básico sem possibilidade de ingresso imediato em percurso subsequente; Faseamento da execução, permitindo o desenvolvimento da intervenção por etapas estruturantes do percurso educativo e formativo do menor; Celeridade, permitindo a obtenção de certificados escolares em período de tempo mais curto, nomeadamente de um ano e de dois anos para a conclusão dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, respectivamente; e Actualização, permitindo a revisão e alteração do plano, em função das alterações de situação e de necessidades do menor, disponibilizando-lhe apoio psicopedagógico e favorecendo-lhe a frequência de actividades de orientação escolar e profissional.

A organização curricular deste percurso é determinada por projectos de percursos diversificados, obedecendo ao determinado por cada ciclo e modalidade de ensino ou de educação e formação, integrando como componentes, a Formação sócio-cultural (português, língua estrangeira, matemática, tecnologias da informação e da comunicação, das ciências

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

sociais e ciências naturais), Formação vocacional, artística ou científico-tecnológica e formação prática em contexto de trabalho, no caso de percursos qualificantes, área de projecto, e transversal ao currículo, integrando, sempre que possível, programa de desenvolvimento vocacional.

CAPITULO 2 – MODELO DE ANÁLISE E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Na perspectiva de Raymond Quivy (2003), o *Modelo de Análise* é “o prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise” (Quivy, 2003: 150). No quadro seguinte apresentam-se as principais dimensões de análise tidas em conta neste estudo.

Quadro 2.1. : Modelo de Análise

Dimensões	Categorias
Condições Socio-económicas	Origem Nacional
	Escolarização dos Progenitores
	Origens Sociais
	Situação Familiar
Trajectórias Escolares	Trajectórias Escolares Anteriores
	Trajectória Formativa Actual
Expectativas Profissionais Futuras	Relação Formação - Profissão
	Perspectivas Futuras

Definiram-se ainda as seguintes hipóteses:

- Os jovens optaram por percursos escolares alternativos devido ao insucesso escolar e inadaptação ao ensino regular, ou ainda devido a problemas sociais;
- Os jovens que optaram por percursos escolares alternativos ao ensino regular pretendem integrar o mercado de trabalho após a conclusão do 3º Ciclo do Ensino Básico;
- Os percursos escolares alternativos possibilitam aos jovens uma maior especialização profissional, o que motiva os jovens a aspirarem inserir-se profissionalmente nessa área de especialização;
- Os jovens que escolheram percursos escolares alternativos sentem que terão limitações na procura de emprego.

A *Metodologia* constitui a fase intermédia da investigação, isto é, onde o modelo de análise se irá confrontar com os dados recolhidos, que posteriormente serão analisados e interpretados. A metodologia é constituída por métodos e técnicas de investigação, sendo que

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

na presente dissertação estes foram seleccionados de acordo com o tema e objectivos de investigação e da formulação das hipóteses que necessitam de uma confirmação.

A estratégia metodológica escolhida para a investigação foi de âmbito qualitativo. A técnica de pesquisa considerada adequada foi a Entrevista Semi-Estruturada, a qual possibilita uma grande riqueza de informações, permitindo ao entrevistador esclarecer alguns aspectos durante a recolha de dados, e dando ao entrevistado alguma liberdade para desenvolver as respostas segundo a direcção que considere adequada.

Para a concretização da pesquisa, foi realizado um estudo de caso na Escola Básica 2º e 3º Ciclos Professor Agostinho da Silva. A escolha desta escola está essencialmente relacionada com a facilidade de acesso à mesma e com o acesso privilegiado a alunos que frequentem o tipo de oferta formativa que se pretende investigar.

Foram realizadas entrevistas 12 entrevistas, distribuídas por alunos de 3 turmas, 1 turma PIEF Tipo 2 e 2 turmas CEF (o CEF de Práticas Administrativas e o CEF de Acompanhamento de Crianças), todas elas para Certificação de 3º Ciclo de Ensino Básico. O motivo pelo qual foram escolhidas estas turmas CEF deveu-se ao facto de serem as únicas turmas a concluir o 3º Ciclo do Ensino Básico, no ano lectivo 2009/2010.

Os alunos entrevistados foram escolhidos tendo em conta o seu percurso escolar no CEF, para o que se recorreu ao auxílio dos Directores de Turma. Foram assim seleccionados, em cada turma, 2 alunos com melhores classificações e 2 alunos com classificações inferiores.

Tendo em conta a diferente organização curricular do PIEF, nesse caso foram escolhidos 2 alunos que se encontravam a concluir a certificação de 3º Ciclo do Ensino Básico e 2 alunos que não se encontravam ainda perto da certificação.

O motivo pelo qual foi feita esta opção de diversificação do perfil dos alunos deveu-se ao interesse na compreensão de eventuais diferenças quanto às expectativas profissionais dos jovens tendo em conta o seu maior ou menor sucesso escolar nestas ofertas formativas.

As entrevistas foram realizadas nos meses de Junho e Julho de 2010, com a devida autorização da Direcção do Agrupamento de Escolas Professor Agostinho da Silva e dos respectivos Encarregados de Educação. Aos entrevistados informou-se que as informações prestadas por estes seriam tratadas de forma anónima e sem por em causa a sua integridade.

CAPITULO 3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS RECOLHIDOS

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA 2º E 3º CICLOS PROFESSOR AGOSTINHO DA SILVA

A Escola Básica de 2º e 3º Ciclos Professor Agostinho da Silva é escola sede do Agrupamento de Escolas Professor Agostinho da Silva. Esta escola situa-se na freguesia de Casal de Cambra, concelho de Sintra.

De acordo com o Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas Professor Agostinho da Silva, para o período de 2009 a 2012, a população de Casal de Cambra revela uma grande heterogeneidade, ao nível da proveniência dos seus habitantes, assim como o estrato sócio-económico a que pertencem, e a sua situação perante o mercado de trabalho.

Junto à E.B. de 2º e 3º Ciclos Professor Agostinho da Silva, situa-se o Bairro de Santa Marta, local onde a Câmara Municipal de Sintra e Lisboa realojaram cerca de 330 famílias, residentes até então em bairros degradados destes Concelhos. Com este bairro aumentou também a diversidade cultural, com famílias provenientes de várias zonas do país, assim como de ex-colónias portuguesas (30% das famílias são originárias das PALOP's). As famílias residentes nestes bairros enquadram-se em condições sócio-económicas problemáticas. Relativamente ao plano de segurança existente na freguesia, este é considerado grave, havendo uma grande incidência de roubos, agressões e tráfico de droga.

Ainda na Freguesia estão fixadas famílias de origem brasileira, dos países do leste da Europa, Asiáticos, havendo ainda uma pequena comunidade de etnia Cigana.

Relativamente à população escolar da E.B. 2,3º Ciclos Professor Agostinho da Silva e ainda segundo o Projecto Educativo já referido, verifica-se a existência de um grande número de famílias com desempregados, bem como um fraco nível económico. Já os encarregados de educação empregados, estes exercem as suas profissões maioritariamente na área da construção civil, pequeno comércio e prestação de serviços, maioritariamente os serviços domésticos. Quanto à alfabetização, as famílias apresentam um baixo nível de escolaridade, verificando-se um número significativo de pessoas sem o 1º Ciclo do ensino básico.

Relativamente ao ambiente educativo da E.B. 2,3º Ciclos Professor Agostinho da Silva, este reflecte os problemas sociais observados na freguesia. “ (...) O fraco envolvimento das famílias no acompanhamento das crianças e jovens, as disfunções familiares, o elevado número de famílias mono-parentais, condicionam negativamente a resolução de problemas, nomeadamente a nível do insucesso escolar e das dificuldades de integração social” (Projecto Educativo Agrupamento de Escolas Professor Agostinho da Silva, 2009/2012: 8)

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

No que concerne à caracterização da população da escola anteriormente referida, no ano lectivo 2008/2009, o 2º ciclo foi composto por 297 alunos, o 3º ciclo composto por 414 alunos, o PIEF (Tipo 1 e Tipo 2) possibilitou formação a 38 alunos e os cursos de Educação e Formação de Adultos a 41 alunos. Por sua vez, no interior das turmas de 3º ciclo, os Cursos de Educação e Formação foram caracterizados por CEF de Desenho Assistido por Computador, CEF de Práticas Administrativas, CEF de Informática, CEF de Acompanhamento a Crianças, abrangeram no ano lectivo de 2008/2009, um total de 77 jovens. Já no ano lectivo de 2009/2010, criou-se ainda o CEF de Jardinagem e Espaços Verdes. Destacam-se ainda a existência de Turmas de Percursos Curriculares Alternativos no 5º, 6º e 8º anos.

Quanto aos alunos que beneficiam de Apoio Social Escolar (ASE), há que destacar que 63, 52% dos alunos do 3º ciclo beneficiam desta medida. Da mesma forma, no total do agrupamento de escolas, em todos os ciclos de ensino, a percentagem de alunos com ASE é de 53,46%. Relativamente à presença de alunos estrangeiros no Agrupamento de Escolas Professor Agostinho da Silva para o ano lectivo de 2008/2009, a percentagem é de 11,55%, correspondendo a 175 alunos.

No que concerne ao sucesso escolar deste agrupamento, relativamente ao ano lectivo 2008/2009, este apresentou valores globais na ordem dos 91,87%, sendo que no 9º Ano do ensino regular o sucesso situou-se em 87,50% dos alunos. As turmas CEF apresentaram uma percentagem de sucesso de 99,02%, um valor bastante considerável, e as turmas PIEF obtiveram 89,47% de sucesso escolar.

3.2. CONDIÇÕES SOCIO-ECONÓMICAS

3.2.1 Caracterização dos Entrevistados

Quadro 3.1. : Caracterização dos Entrevistados

Entrevista	Sexo	Idade	Nacionalidade	Residência	Modalidade de Ensino
A	Feminino	16	Portuguesa	Casal de Cambra	Cef de Acompanhamento de crianças (Com Sucesso)
B	Feminino	17	Guineense	Casal de Cambra	Cef de Acompanhamento de crianças (Com Sucesso)
C	Feminino	16	Portuguesa	Casal de Cambra	PIEF (Com Sucesso)
D	Masculino	16	Portuguesa	Casal de Cambra	PIEF (Sem Sucesso)
E	Masculino	16	Cabo-verdiana	Casal de Cambra	PIEF (Sem Sucesso)
F	Masculino	17	Portuguesa	Casal de Cambra	CEF de Práticas Administrativas (Com Sucesso)

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

G	Masculino	17	Guineense	Casal de Cambra	Cef de Acompanhamento de crianças (Sem Sucesso)
H	Feminino	17	Portuguesa	Casal de Cambra	Cef de Acompanhamento de crianças (Sem Sucesso)
I	Feminino	16	Portuguesa	Cacém	PIEF (Com Sucesso)
J	Masculino	17	Cabo-verdiana	Casal de Cambra	CEF de Práticas Administrativas (Sem Sucesso)
K	Feminino	16	Portuguesa	Casal de Cambra	CEF de Práticas Administrativas (Com Sucesso)
L	Masculino	17	Angolana	Casal de Cambra	CEF de Práticas Administrativas (Sem Sucesso)

Através do quadro 1 é possível ter uma visão global dos jovens entrevistados, nomeadamente quanto ao sexo, idade, nacionalidade, local de residência e modalidade de ensino frequentada. Das 12 entrevistas realizadas é possível observar que a distribuição quanto ao sexo se encontra distribuída de igual forma, sendo que 6 dos entrevistados pertencem ao sexo feminino e igual valor para o sexo masculino. Relativamente à idade dos jovens entrevistados, estas encontram-se entre os 16 e 17 anos. Já relativamente à nacionalidade dos jovens, verifica-se que a maioria dos jovens é de nacionalidade portuguesa (7 alunos), no entanto realça-se também o número de jovens de origem africana, correspondendo a nacionalidade Angolana, Guineense e Cabo-verdiana a 5 dos jovens entrevistados. Relativamente ao local de residência a grande maioria dos jovens pertence a Casal de Cambra, sendo que apenas a entrevistada I reside no Cacém.

Ter em consideração a diversidade dos alunos quanto à sua nacionalidade, é importante uma vez que como é referido por Abrantes (2003), as classes sociais, as etnias e o género funcionam não como características estruturais impostas, mas como experiências incorporadas nas identidades e culturas dos indivíduos. Os alunos ao entrarem para a escola trazem consigo disposições e concepções do mundo próprias derivadas da sua origem, influenciando a sua atitude e a sua relação com a escola. Contudo, ao longo da sua passagem pelo sistema de ensino o indivíduo irá reconstruir a sua identidade, pondo em relação a escola com as restantes esferas da vida.

3.2.2. Estrutura e Composição do Agregado Familiar

Quadro 3.2. : Estrutura e Composição do Agregado Familiar

Entrevista	Nº de elementos do agregado familiar	Com quem Reside
A	4	Pais e 1 irmão
B	8	Pais e 5 irmãos

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

C	8	Pais e 5 irmãos
D	2	Mãe
E	5	Avós maternos e 2 tios menores
F	5	Pais e 2 irmãos
G	7	Pais, 2 irmãos, avó e primo
H	3	Mãe e irmão
I	4	Mãe e 1 irmão
J	6	Pais e 1 primo
K	4	Pais e 1 irmão
L	5	Mãe, 2 irmãos e tia

Com recurso ao quadro 2 é possível constatar que existe um elevado número de famílias numerosas, isto é, dos 12 entrevistados 7 destes apresentam uma composição familiar com 5 ou mais pessoas. Verifica-se ainda a existência de um grande número de famílias monoparentais, 4 dos entrevistados pertencem a esta tipologia familiar, em que a progenitora tem o jovem à sua guarda. O entrevistado E reside com a família alargada, no entanto em mais 2 famílias verifica-se a existência de elementos da família alargada a pertencer ao agregado. A maioria dos jovens (7) pertence a uma família nuclear.

3.2.3. Origens Sociais e Escolares dos Pais

Quadro 3.3. : Escolarização e Economia Familiar

Entrevista	Habilitações Académicas dos progenitores		Profissão dos Progenitores		Situação Face ao trabalho		Nível médio de remunerações do agregado
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	
A	9º	1º	Calceteiro	Doméstica	Trabalha por conta própria	Desempregada	Não sabe
B	9º	8º	Construção Civil	Emp. Limpeza	Reformado por invalidez	Trabalha por conta de outrem	900 €
C	4º	8º	Carpinteiro	Doméstica	Trabalha por conta própria	Desempregada	Não sabe
D	4º	4º	Motorista	Emp. Limpeza	Reformado	Trabalha por conta de outrem	Não sabe
E	Não sabe	11º	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe
F	12º	11º	Desenhador	Emp. Limpeza	Trabalha por conta de outrem	Trabalha por conta de outrem	1200€
G	Não sabe	Não sabe	Construção Civil	Emp. Limpeza	Baixa médica	Trabalha por conta de outrem	Não sabe
H	Não sabe	4º	Não sabe	Func. Refeitório	Não sabe	Trabalha por conta de outrem	450€
I	9º	9º	Empresário de restauração	Doméstica	Trabalha por conta própria	Desempregada	1000€
J	4º	6º	Carpinteiro	Emp. Limpeza	Trabalha por conta de outrem	Trabalha por conta de outrem	1000€
K	4º	4º	Construção Civil	Func. loja	Trabalha por conta de outrem	Trabalha por conta de outrem	450€ (mãe)
L	Não sabe	4º	Não sabe	Emp. Limpeza	Não sabe	Trabalha por conta de outrem	600€

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

Com recurso ao quadro 3 é possível ter uma perspectiva relativamente à situação do agregado familiar no que se refere à escolarização dos progenitores, bem como à situação económica e à profissão dos mesmos. Há que destacar que o entrevistado E não tem conhecimento acerca dos aspectos referidos no quadro, situação esta que se deve ao facto deste residir com os seus avós e não ter um contacto frequente com os progenitores. O mesmo acontece com os entrevistados L e H, que pelo facto de não residirem com o seu progenitor desconhecem a situação do mesmo no que concerne à profissão e escolarização.

Relativamente às Habilitações Literárias dos progenitores, verifica-se que estes apresentam baixas qualificações, sendo que apenas duas progenitoras têm como escolaridade o 11º ano do secundário e um progenitor tem o ensino secundário concluído. Existem ainda 8 progenitores (pais ou mães) que apenas têm como escolaridade o 1º Ciclo do Ensino Básico.

No que concerne à profissão do pai, a grande maioria está relacionada com o sector da construção civil (pedreiros, carpinteiros, calceteiros) e apenas um dos progenitores se apresenta como empresário do sector da restauração. Relativamente à profissão das mães, a maioria são Empregadas da Limpeza (6), ou domésticas (3).

A realidade apresentada pelos entrevistados é concordante com o perfil dos Encarregados de Educação do total dos alunos da escola, bem como dos habitantes da freguesia, tal como foi apresentado anteriormente através da caracterização da E.B. 2,3 Ciclos Professor Agostinho da Silva.

No que toca às remunerações do agregado familiar, os jovens têm um fraco conhecimento das economias familiares, sendo que alguns apontam como valor aproximado os 450€ e os 1200€, o que tendo em conta a dimensão das famílias demonstra a existência de carências económicas no agregado familiar.

Por outro lado, de acordo com a análise das entrevistas percebeu-se que relativamente à relação família-escola, os alunos revelam que os pais têm por habito comparecer à escola quando chamados pelo Director de Turma, alegando como justificação às possíveis faltas destes a indisponibilidade de horário por motivos de trabalho. Estes mantêm o mesmo interesse de participação, no entanto tal como refere o entrevistado C, desde a sua integração na actual escolha formativa a mãe “(...) gosta muito dos elogios que a minha directora de turma me faz. Antes ficava envergonhada (...)”.

Quanto à perspectiva que os progenitores têm relativamente ao percurso escolar dos jovens, a maioria destes revelam que os pais não estavam satisfeitos quanto ao seu percurso, devido a problemas de comportamento, reprovações e assiduidade. No entanto após a entrada

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

na escolha formativa actual, os progenitores ficaram mais satisfeitos, pelo facto dos jovens terem alterado a sua postura em relação à instituição Escola.

Os pais da maioria dos jovens entrevistados enfatiza a importância da escola para o futuro profissional dos filhos, pois só esta permitirá que tenham um bom futuro, referindo inclusivamente, que a escolarização (oportunidade que não lhes foi permitida), possibilita uma melhor situação profissional do que a sua, tal como é referido pelo entrevistado E “ (os meus pais) não tiveram a oportunidade de ir à escola como eu. A minha mãe porque ficou grávida de mim e teve que deixar a escola, então dizem para eu fazer tudo porque é importante para o meu futuro.” E o entrevistado K “A minha mãe diz até que gostava de ter estudado mais, mas que na altura dela passavam muita fome e então teve de ir trabalhar nova”.

Na opinião de Abrantes (2003), é reforçada a ideia de que os indivíduos com um capital cultural mais elevado investem mais na educação dos seus filhos, tentando manter o status que lhes é herdado. Mas também os pais dos entrevistados, apesar do seu baixo capital cultural, demonstram importar-se com a escolaridade dos filhos, esperando que estes alcancem um melhor estatuto do que os seus progenitores.

3.3. TRAJECTÓRIAS ESCOLARES

3.3.1. Trajectórias Escolares Anteriores à Entrada no Percorso Escolar Alternativo

Quadro 3.4. : Número e anos das reprovações

Entrevista	Número de Reprovações
A	2 (2º e 9º ano)
B	2 (4º e 9ºAno)
C	3(5º e duas no 7º Ano)
D	2 (duas no 6º Ano)
E	3 (5º e duas no 6º Ano)
F	3 (6º e duas no 8º Ano)
G	2 (4º e 8º Ano)
H	3 (2º, 6º e 9º Ano)
I	2 (5º e 7º Ano)
J	2 (6º e 8º Ano)
K	2 (4º Ano e 8º Ano)
L	3 (2º, 5º e 8º Ano)

Com base no quadro apresentado anteriormente, vemos que os jovens demonstraram, ao longo da sua passagem pela escola, um elevado número de retenções. Estas deveram-se segundo os jovens a múltiplas causas, entre as quais, comportamentos desadequados no

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

espaço escolar (agressões verbais e físicas para com colegas e professores), elevado absentismo escolar, desinteresse pela escola e falta de hábitos de estudo.

Dois jovens que frequentam a turma PIEF revelaram ainda que estavam em abandono escolar antes da sua entrada no referido modelo formativo, o entrevistado E por desinteresse escolar e a Entrevistada I devido ao seu pai a ter retirado da escola. Tal como refere a jovem “(...) porque não ia à escola o meu pai tirou-me da escola (...) só faltava às aulas para ir sair com os meus amigos.”.

A maioria dos jovens (7) refere que ao longo do seu percurso foi alvo de procedimentos disciplinares, argumentando que por vezes a sua relação com professores ou colegas não era correcta, sendo esta ideia reforçada pela descrição da entrevistada C relativamente aos procedimentos disciplinares, “Muitos, mais que a conta. Era logo no 1º período, nas primeiras semanas. Fazia aquilo que me apetecia nas aulas, pintava as unhas, mandava mensagens, ouvia música, lia revistas. Tratava-os mal, os professores, os funcionários também.”

A partir dos trajectos escolares da maioria dos jovens, percebe-se o sentido do que referiu Abrantes (2003), quando afirma que nem sempre o processo escolar é linear, pois alguns jovens demonstram a sua rejeição para com a escola, recusando a cultura que esta transmite, não investindo nela. Apresentam uma visão dos professores como inimigos, valorizam a indisciplina, desprezam o sucesso escolar, e o seu tempo é dedicado à diversão e não como forma de alcançar qualificações.

No entanto, outros jovens revelam que ao longo do seu percurso escolar o comportamento nunca foi desadequado, não apontando este factor como influência para o insucesso escolar. Este parece ter sido influenciado pelos fracos hábitos de estudo, pela distração na sala de aula, pela fraca assiduidade e por reconhecerem em si fracas apetências escolares, considerando mesmo que não dispõem de capacidades cognitivas para a frequência escolar com sucesso, tal como referem os entrevistados B, G, H, I e L.

Nas entrevistas realizadas procurou-se também saber quais as perspectivas profissionais que os jovens tinham quando crianças e se por alguma razão as mesmas se teriam alterado. Tal verificou-se em todas as entrevistas. Os jovens em crianças aspiravam ter profissões como médicos, veterinários, actrizes, policcias, enfermeiros. No entanto, ao longo do seu percurso escolar, essas aspirações alteraram-se, sendo que, na maioria das entrevistas, os jovens apontam a sua falta de empenho e motivação para a frequência escolar como o motivo dessa alteração. Tal como refere a Entrevistada H “mudei a minha opinião porque não consigo acabar a escola para ser médica”, ou a entrevistada C “queria ser também enfermeira (...) mas não pode ser porque ia ter que estudar muito, e eu não tenho cabeça para estudar”.

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

3.3.2. Trajectória Formativa Actual

No que concerne ao *motivo da escolha do curso*, a maioria dos jovens que frequenta os cursos CEF revela que optou por esta modalidade de formação por esta lhes permitir obter o 3º ciclo do ensino básico sem que para tal tivessem de realizar os exames nacionais de 9º ano, ou seja, uma forma alternativa de conclusão deste ciclo. Esta foi a justificação apresentada pelos entrevistados A, B, H, J, K e L. No entanto, os entrevistados K e L justificaram a escolha do curso pelo gosto de frequentar uma modalidade de ensino com uma vertente prática, que lhes permitisse aprender uma profissão.

Por outro lado, os alunos do PIEF e um aluno do CEF de Práticas Administrativas (Entrevistado F) revelam ter optado por esta modalidade de ensino como forma de resolver os seus problemas em relação à escola, isto é, a desmotivação, o comportamento, a assiduidade e o abandono escolar. O entrevistado F refere que “o CEF (...) é uma boa hipótese para as pessoas que dizem que estão fartos do ensino regular”, no entanto refere também que gostaria de frequentar um curso com um elevado grau de exigência.

Também Guerreiro (2006) considera que é notória uma crescente preocupação dos jovens com a conclusão do ensino obrigatório, uma vez que uma ausência de diploma equivale à dificuldade em obter emprego em sectores mais qualificados.

O entrevistado G, distingue-se dos restantes pois integrou o CEF de Acompanhamento de Crianças após ter imigrado para Portugal, sendo por isso a primeira modalidade de ensino que frequenta neste país.

Relativamente ao *modo de entrada num novo modelo formativo e aos agentes nele envolvidos*, os alunos do CEF entrevistados referem que tiveram o auxílio do psicólogo da escola. Tendo realizado testes de orientação escolar, foram aconselhados pela frequência no curso CEF em questão. Estes alunos também referem que a sua Directora de Turma os aconselhou e orientou. Os entrevistados G e F revelam ainda que a sua mãe participou activamente no processo de escolha do curso.

Por outro lado, vários alunos entrevistados do PIEF referem que, apesar de terem escolhido voluntariamente o curso, não foram estes que sugeriram e propuseram a sua entrada nesta modalidade de ensino. Revelaram ter sido sinalizados/encaminhados pela Directora de Turma, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e Direcção da Escola. A entrevistada C revela ainda que também os seus amigos lhe sugeriram a frequência em PIEF tendo em conta o seu percurso escolar. Realça-se ainda a explicação do entrevistado E, que se encontrava em abandono escolar, relativamente ao procedimento de integração no curso, “Não fui eu que

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

escolhi. Disseram-me para vir responder a umas perguntas com o Encarregado de Educação e aí eu decidi vir para aqui, estava fora da escola.”

Quanto às *expectativas* iniciais que os alunos do CEF de Práticas Administrativas tinham relativamente à frequência deste curso, estes afirmam ter considerado que o curso iria ter um menor grau de exigência relativamente ao ensino regular. No entanto terão também sentido alguns receios, por considerarem que este também seria exigente, específico e com muitas matérias para estudar. Contudo consideravam que a componente prática iria promover um maior interesse e motivação da sua parte.

No decorrer do ano lectivo os jovens revelam ter compreendido que o grau de exigência era menor do que perspectivaram. Os alunos não apontam desvantagens ao curso, à excepção dos entrevistados J e L que consideram ter uma elevada carga horária relativamente ao ensino regular.

No que concerne às *expectativas* iniciais dos jovens que frequentam o CEF de Acompanhamento de Crianças, uma das entrevistadas (A) afirmou que considerava que o curso iria ser mais fácil do que o ensino regular. Por sua vez, os entrevistados B e H consideravam que o curso poderia ser de certa forma desinteressante, chegando a entrevistada B a reforçar esta ideia, “pensei que ia ser um bocadinho secante, ouvir sempre as mesmas coisas, crianças, crianças, já cuido da minha sobrinha e da minha irmã, pensava que ia ser sempre a mesma história”. No entanto estes alunos alteraram a sua visão do curso, considerando-o bastante útil para lidar correctamente com crianças, estando sensibilizados para estas questões.

Relativamente aos alunos do PIEF, estes relatam uma expectativa de poder concluir rapidamente o seu percurso escolar. No entanto, entre eles, apresentavam noções diferenciadas do curso. Assim, enquanto que a entrevistada C considerava que este a poderia ajudar a resolver os seus problemas com a escola, representando uma última oportunidade de se reconciliar com a mesma, o entrevistado D tinha uma noção negativa do curso, dos seus alunos e do trabalho desenvolvido, chegando mesmo a referir que “Antes odiava isto, não gostava mesmo nada disto, para mim era esgoto”. Contudo, também nestes casos as expectativas se foram alterando, sendo o PIEF encarado como uma realidade positiva, e passando a ser partilhada a opinião de que esta seria a oportunidade de alterarem comportamentos, atitudes e hábitos.

O autor Luís Imaginário (1999), ao considerar as alternativas ao ensino regular uma forma de protecção contra a exclusão dos jovens, vai de encontro ao que os jovens entrevistados encontraram no curso em causa. A componente prática do curso parece

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

favorecer o interesse e a motivação, e mesmo uma oportunidade de alterar comportamentos e atitudes.

Importa neste momento abordar a *relação dos jovens com os professores e colegas*. De uma forma unânime os entrevistados dos vários cursos consideram que, na nova modalidade formativa, encaram os professores de forma diferente, revelando que a relação entre eles é privilegiada, encarando-os como mais compreensivos, preocupados e disponíveis, comparativamente com os professores do ensino regular.

Quadro 3.5. : Diferenças sentidas relativamente ao percurso escolar anterior e o actual

Entrevista	Diferenças sentidas relativamente ao percurso escolar anterior e o actual
A	“Mais responsabilidade, agora sei que às vezes as coisas não têm de ser sempre como nós queremos”
C	“Agora comecei a pensar no meu futuro e antes não queria saber nada disso. Agora que vou fazer o 9º ano já penso em ir trabalhar e em arranjar dinheiro para depois ter a minha casa, para sair da casa dos meus pais”
D	“Percebi o quanto é importante concluir o 9º ano. Porque sei que sem o 9º ano eu não vou ao lado nenhum”
E	“Cresci um pouco. Antes era mau, porque me portava mal e antes não frequentava a escola. Agora dou importância à escola”
F	Mudou muita coisa, (...) Antes falava à bruta, gritava, não queria saber da opinião das pessoas. Agora já quero saber, desde que entrei no curso”
I	“Já não falto às aulas, estou com atenção, tento não responder mal mesmo quando estou chateada (...) quero continuar a estudar para ter um bom trabalho. Antes só queria ir trabalhar para sair de casa”
L	“Dou mais valor à escola para ter um futuro melhor e sei que, se não estivermos bem no ensino regular, podemos sempre optar por outros cursos que são mais práticos”

Percebe-se, através dos exemplos anteriormente apresentados, que a maioria dos jovens passou a perspectivar o seu futuro de forma diferente da que apresentava anteriormente, traçando novos objectivos. Os entrevistados revelaram que alteraram o seu comportamento e que, acima de tudo, apresentam uma noção diferente do sistema de ensino.

No que respeita às *representações dos entrevistados relativamente às diferentes modalidades de ensino*, estes defendem que o ensino regular requer mais hábitos de estudo e empenho por parte dos alunos que o frequentam. Reconhecem esta modalidade como sendo adequada para os jovens que pretendem prosseguir a educação ao nível do ensino superior. Consideram também que os agentes da comunidade escolar partilham desta perspectiva.

Relativamente ao CEF, os entrevistados encaram-no como sendo uma vertente mais prática e profissionalizante do ensino, em que nem sempre os alunos são encarados como aplicados, em comparação com o ensino regular.

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

No que concerne às representações do PIEF denota-se uma discrepância entre as representações dos jovens entrevistados e as representações que, segundo estes, os agentes da comunidade escolar têm relativamente a esta modalidade. Para a maioria dos jovens, o PIEF surge como uma última oportunidade para um determinado grupo de jovens que se encontram afastados da escola, que têm comportamentos desadequados e para aqueles que têm dificuldade em permanecer em sala de aula, considerando que são privilegiados em relação aos restantes pela possibilidade de concluir o 3º Ciclo do Ensino Básico em menor tempo. Consideram que no PIEF as regras são mais rígidas, mas que os professores se preocupam com os alunos. No entanto, em sua opinião, os agentes da comunidade escolar, encaram estes jovens como “*marginais*”, “*mal comportados*” e “*ameaçadores*”.

3.4. EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS FUTURAS

3.4.1. Relação Formação-Profissão

Relativamente à *importância do curso para a inserção no mercado de trabalho*, os jovens referem algumas características dos respectivos cursos que lhes possibilitam um melhor acesso ao mercado de trabalho. Neste ponto é importante esclarecer que os alunos que frequentam as turmas de CEF adquirem uma dupla certificação, escolar (Certificado de 3º Ciclo do Ensino Básico) e profissional, consoante o CEF que frequentam, sendo certificados profissionalmente como Técnicos de Acompanhamento de Crianças ou como Técnicos de Práticas Administrativas. Os alunos que frequentam o PIEF, por sua vez, e apesar de realizarem estágios em contexto de trabalho, apenas adquirem o certificado escolar de 3º Ciclo do Ensino Básico.

A totalidade dos jovens realizou estágio profissional ao longo da frequência no curso em questão. Como referiu Cabrito (1994) a iniciativa de tornar a empresa parceiro da educação permitiu que os jovens desenvolvam competências qualificadas para a inserção na vida activa, surgindo as experiências educativas na empresa como facilitadoras na passagem da escola para o trabalho. Também os jovens entrevistados consideram o estágio realizado uma mais-valia que o curso apresenta. A entrevistada A refere que “nós fazemos estágios e se as pessoas gostarem de nós ficamos lá a trabalhar, enquanto que no ensino regular nós podemos ir para a faculdade e depois saímos de lá e caímos no desemprego, não arranjamos trabalho. No CEF não, arranjamos logo trabalho.”

Os alunos do CEF referem ainda que ao obterem um certificado profissional, como Técnico de Acompanhamento de Crianças ou Técnico de Práticas Administrativas tal lhes permite, caso queiram desenvolver essa profissão, uma maior probabilidade de entrar

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

rapidamente no mercado de trabalho. Os professores no CEF explicaram aos alunos que profissões poderiam desempenhar com aquele certificado profissional e que hipóteses teriam se decidissem prosseguir naquela área. Poderiam, a título de exemplo, continuar a estudar ao nível do ensino superior e assim tornar-se Educadores de Infância.

Por outro lado, alguns jovens referem que certas disciplinas, tanto práticas como teóricas, estão mais vocacionadas para o mercado de trabalho, tais como a disciplina de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, referida pela entrevistada I.

Já os alunos do PIEF referem também o trabalho desenvolvido pelos professores e técnico de intervenção local na pesquisa conjunta com os alunos de propostas de emprego, formulação do *Curriculum Vitae*, Role-playing de entrevistas de emprego e procura de cursos para prosseguimento da escolarização ao nível do ensino secundário, sendo acompanhados e encaminhados ao Gabinete de Inserção Profissional e Centro de Emprego, entre outras actividades desenvolvidas que fomentam uma aproximação ao mercado de trabalho.

Quadro 3.6. : Locais de Estágio dos Entrevistados

Entrevista	Local de Estágio
A	Jardim-de-infância
B	Jardim-de-infância
C	Jardim-de-infância
D	Oficina Automóvel
E	Loja de Informática e Oficina Automóvel
F	Secretaria Escolar
G	Jardim-de-infância
H	Jardim-de-infância
I	Restauração
J	Secretaria Escolar
K	Agência de Seguros
L	Recepcionista

Os jovens que frequentam o CEF de Acompanhamento de Crianças realizam todos estágio em Jardim-de-infância, enquanto que os jovens que frequentam o CEF de Práticas Administrativas, apesar da sua área de formação, realizaram estágios em diversos locais. No que toca aos jovens que frequentam o PIEF, estes não apresentam uma formação específica podendo desta forma realizar estágios em áreas distintas, possibilitando inclusivamente ao mesmo jovem conhecer mais aprofundadamente diferentes profissões, tal como se verificou no entrevistado E que realizou estágio em informática e mecânica.

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

3.4.2. Perspectivas Futuras

Quadro 3.7. : Perspectivas futuras dos entrevistados após a formação actual

Entrevista	Estudar/Trabalhar	Área de Formação/Profissão
A	Estudar	Design/ Hotelaria-Bar
B	Estudar	Restauração/ Representação
C	Estudar/ Trabalhar em Part-time	Comércio
D	Estudar ou Trabalhar (indeciso)	Informática
E	Estudar	Desenho de Construção Civil
F	Estudar	Saúde
G	Estudar (indeciso)	Ensino Regular/ Electricidade
H	Trabalhar	Auxiliar de Acção Educativa
I	Estudar	Animação Sócio-cultural
J	Trabalhar	Electricista
K	Estudar	Secretariado
L	Trabalhar ou Estudar (indeciso)	Mecânica

Os alunos do CEF, independentemente da área de formação, a maioria escolhe uma profissão ou área de formação distinta daquela em que irá concluir o 3º Ciclo do Ensino Básico, à excepção da entrevistada H que pretende encontrar emprego na área de formação.

Tendo em conta algo que já foi exposto anteriormente, onde se referiu que a maioria dos jovens escolheu o curso CEF por quererem evitar a realização dos exames nacionais de 9º ano, pode assumir-se que os alunos do CEF entrevistados escolheram a frequência nestes cursos não por motivação por essa formação, ou por prosseguir com uma profissão nessa área, mas por se tornar mais facilitada a conclusão do 3º Ciclo do Ensino Básico.

No que toca aos alunos PIEF, estes pretendem prosseguir a formação escolar, no entanto e visto não terem uma formação profissional específica, os jovens optam por áreas de formação distintas e do seu interesse, optando sempre por uma formação que lhes permita obter o certificado escolar, mas ao mesmo tempo um certificado profissional.

Por outro lado, verificou-se também que a opção metodológica de entrevistar alunos dos diferentes cursos, tendo em conta alunos com maior e menor sucesso escolar se mostrou relevante, uma vez que neste ponto, todos os alunos com menor sucesso (à excepção do entrevistado E, que não tem dúvidas quanto ao seu futuro) demonstraram na entrevista a sua indecisão ou a vontade de abandonar o sistema de ensino, hesitando entre optar pela entrada no mercado de trabalho ou prosseguir nos estudos (Entrevistado D e L), indecisos quanto à escolha de uma modalidade de ensino (Entrevistado G), e ainda decididos a entrar no mercado de trabalho, optando por não continuar a estudar (Entrevistados H e J). Por sua vez, os jovens com maior sucesso, demonstraram que têm objectivos bem definidos quanto ao seu futuro, e relativamente ao que pretendem fazer após a conclusão do 3º Ciclo de Ensino Básico. Optam,

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

tal como já se referiu, pelo prosseguimento da escolaridade ao nível do Ensino Secundário e só posteriormente pretendem integrar o mercado de trabalho.

Perante a possibilidade de entrada no mercado de trabalho, os jovens entrevistados reflectiram acerca das *dificuldades que pensam sentir aquando da procura do primeiro emprego*. Para Cabrito (1994), só um esforço conjugado entre o sistema de ensino e produtivo é capaz de resolver o problema grave de existirem ofertas de trabalho ao mesmo tempo que aumentam as situações de desemprego em indivíduos sem adequada qualificação às oferecidas nas propostas de emprego. Através deste esforço, tem-se desenvolvido ao longo das últimas décadas a uma aproximação entre a escola e a produção, desenvolvendo experiências de formação alternada que garante aos indivíduos conhecimentos e atitudes para a sua integração no mercado de trabalho. Da reflexão dos entrevistados destaca-se um relativo conhecimento da situação de Portugal, no que toca às questões de emprego. Reconhecem que é difícil encontrar emprego, principalmente se tiverem baixas qualificações. Alguns dos jovens destacam que, apresentando baixas qualificações, terão de se cingir a profissões não qualificadas, como a profissão de Empregada de Limpeza, ou Pedreiro. Destaca-se a reflexão feita pela entrevistada A, que declara “Se for agora sei que não vou encontrar nada para trabalhar, nem ao nível de bar, nem de auxiliar de acção educativa. Será somente para limpezas, vou estar a ganhar mal e a fazer uma coisa que não gosto. Nem o certificado profissional me ajuda a encontrar emprego, neste momento. A minha idade também influencia nisso, pelas minhas poucas vivências, não me darão trabalho por isso.”

Esta entrevistada menciona a dificuldade de alcançar um emprego tendo em conta a sua idade, perspectiva partilhada por outros entrevistados, considerando-se nova aos olhos dos empregadores, reconhecendo que a fraca experiência profissional irá impor-se também como uma limitação.

Outros jovens entrevistados salientam ainda apresentarem dificuldades no cumprimento de horários e regras, o que em sua opinião encaram como um obstáculo ao sucesso no desempenho das suas funções enquanto profissionais.

Também o Entrevistado D refere uma inquietação sentida por si, que é o facto de a partir do momento em que inicia uma actividade laboral deixar de ter a protecção que a escola e até os seus progenitores lhe garantiam, referindo “ (...) vou notar muita diferença. Vai ser salve-se que puder. Ninguém se vai preocupar se eu tenho problemas, querem é que eu trabalhe.”

Relativamente à origem social e à influência que esta pode ter na entrada no mercado de trabalho, 8 dos jovens entrevistados encaram que efectivamente esta poderá influenciar as entidades empregadoras. Os jovens destacam que o tom de pele, denunciando origens

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

africanas, e o facto de residirem numa freguesia normalmente associada a problemas sociais, como furtos, agressões e tráfico, poderá originar preconceitos por parte dos empregadores. Tal como elucida o Entrevistado B “Sim deve influenciar, porque moro num bairro social, que tem muita fama. Talvez se eu disser que moro assim em Cascais ou Odivelas, vão prestar mais atenção a essa pessoa do que a que mora em Casal de Cambra”; e o entrevistado F “porque as pessoas do bairro social são pessoas sempre tipo marginais que já têm cadastro.”

Para finalizar importa abordar a questão da *perspectiva que os jovens têm quanto à profissão que desejam a longo prazo e à possibilidade de progredirem na carreira*. A maioria dos jovens que decide continuar a estudar, entende ser na área de formação de nível secundário, aquela em que pretendem escolher uma profissão no futuro. Esperam através da profissão escolhida progredir na carreira. Considera-se então importante reflectir acerca do que foi apontado por Ana Nunes de Almeida (2006), que considera que as classes culturais e economicamente favorecidas tentam manter a sua vantagem social, enquanto que as classes desfavorecidas vão aumentando os seus níveis de escolaridade mas não alcançam a tão desejada ascensão social. Isto deve-se ao facto do sistema de ensino criar expectativas de novas oportunidades, provocando as oportunidades que realmente um sentimento de desilusão e de potencial revolta. De facto os jovens sobre os quais recaiu a investigação, apresentam expectativas elevadas, o que faz pensar se no futuro irão sentir-se desiludidos e revoltados caso as promessas da escola não se verifiquem.

Os jovens do CEF reconhecem que a profissão que escolherão no futuro lhes dará uma maior probabilidade de progredir na carreira, relativamente àquilo que aconteceria caso procurassem uma actividade laboral na área de formação actual ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico. Assim, só em caso de grande necessidade (desemprego), recorrerão ao certificado profissional de 3º Ciclo do Ensino Básico, escolhendo o Certificado Profissional de Ensino Secundário como primeira opção na procura de emprego.

Acrescenta-se ainda que os entrevistados assumem ser imprescindível para progredir na carreira uma grande dedicação à profissão, com o cumprimento de regras e horários, reconhecendo ainda ser necessário uma constante aprendizagem para evoluir e alcançar experiência, tal como indica o entrevistado L, “se eu estudar consigo saber mais coisas e se tiver experiência também é melhor, posso até conseguir trabalhar numa marca de carros boa, mas para isso tenho de estudar porque se não vou só ficar na oficina de esquina.”

SÍNTESE CONCLUSIVA

Ao se pensar o tema, “as expectativas profissionais dos jovens inseridos em percursos escolares alternativos” definido para a presente dissertação de mestrado, os objectivos traçados carecem ser agora analisados.

O primeiro objectivo definido foi, conhecer as trajectórias escolares dos jovens, de forma a compreender as suas escolhas formativas actuais e a opção por percursos escolares alternativos ao ensino regular. Na perspectiva de Guerreiro (2006), muitos jovens que experimentam situações negativas no ensino regular procuram alternativas para concluir o 9º ano de escolaridade, principalmente se estas tiverem um cariz mais profissional e também com algum apoio económico, preferindo cursos de formação com estágio profissional.

De facto através dos dados recolhidos concluiu-se que a maioria dos jovens inquiridos que frequentam o CEF e o PIEF, apresentam ao longo do seu processo escolar inúmeras situações de indisciplina, visível através dos procedimentos disciplinares de que foram alvo, várias retenções que evidenciam insucesso escolar, falta de hábitos de estudo, relacionamento conturbado com os agentes da comunidade escolar (professores e funcionários), mas acima de tudo desinteresse para com a instituição escola. Os jovens apontam todas as situações anteriormente explicitadas como o motivo pela qual optaram por percursos escolares alternativos, acrescentando ainda ao motivo da escolha justificações como uma maior facilidade destas alternativas para a conclusão do 3º Ciclo do Ensino Básico, bem como o facto das alternativas terem uma componente mais prática, que é do agrado destes jovens.

Como segundo objectivo, definiu-se compreender se os motivos que levaram os jovens a escolher percursos escolares alternativos estão associados às escolhas profissionais. Como refere Cabrito (1994), ao desenvolver uma formação para o emprego, os jovens experimentam trajectórias escolares e formativas que lhes permitem uma entrada no mercado de trabalho munida de qualificações indispensáveis no contacto com diversas experiências de trabalho.

Os jovens sobre os quais recaiu o estudo reconhecem que uma formação escolar mais prática, com estágios, é para eles uma mais-valia. Os jovens reconhecem que a frequência de percursos escolares alternativos trouxe algumas mudanças na sua forma de encarar o futuro. Os jovens admitem estar mais responsáveis, mais cumpridores de regras e horários, dão mais valor à educação, começam a delimitar objectivos para a sua vida e para o seu futuro profissional, isto é, traçam percursos de vida. No entanto, a maioria dos jovens do CEF inquiridos reconhece que a sua área de formação actual não é aquela em que pretendem desempenhar uma profissão, preferindo continuar a aumentar a sua escolaridade ou entrar no mercado de trabalho noutras áreas profissionais. Não põem de parte a possibilidade de

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

trabalhar na área em que se estão a formar actualmente, mas apenas assim será, caso se encontrem numa situação de desemprego. Já os alunos do PIEF, não adquirem um Certificado Profissional, pretendem então recorrer ao Ensino Profissional de nível secundário, de forma a facilitar a entrada no mercado de trabalho.

O último objectivo traçado para investigação era analisar de que forma, na opinião dos jovens, a opção formativa actual os prepara para o mercado de trabalho. Para Sebastião (1998), a obrigatoriedade da frequência escolar trouxe situações de difícil resolução, relacionadas com a passagem da escola de elite para a escola das massas, em que os currículos não foram adaptados, os conteúdos e a formação de professores não foram alterados. Peças (2001) alerta também para esta situação, pois é necessário pensar se as alternativas que compõem a diversificação curricular contribuem efectivamente para uma escola democrática ou se por ventura são novas medidas discriminatórias e reprodutoras de desigualdades.

Os alunos, quando questionados acerca das desvantagens da formação actual, de uma forma geral referem que não as encontram. Consideram que existem disciplinas importantes, caso pretendam ingressar no mercado de trabalho, como a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Acrescentam também que a realização de estágios lhes possibilita um contacto directo com contextos de trabalho, reconhecendo a importância de cumprir com as regras estabelecidas pela entidade empregadora e as atitudes que terão de apresentar perante esta. Os entrevistados realçam o trabalho desenvolvido por professores e técnicos que os encaminham e informam quanto às diferentes profissões e opções formativas.

Relativamente às hipóteses de investigação avançadas no início deste trabalho pretende-se neste momento proceder à sua confirmação/infirmção. A primeira definiu-se como, os jovens optaram por percursos escolares alternativos devido ao insucesso escolar e inadaptção ao ensino regular, ou ainda devido a problemas sociais. Considera-se esta hipótese confirmada, pois o insucesso escolar representado pelos jovens entrevistados caracteriza-se por, no mínimo, duas retenções e a inadaptção ao ensino regular é reafirmada pelos comportamentos desajustados, pelo facto dos jovens considerarem o ensino regular mais exigente do que as suas capacidades cognitivas, mas também pela falta de hábitos de estudo.

A segunda hipótese afirmava que os jovens que optaram por percursos escolares alternativos ao ensino regular pretendem integrar o mercado de trabalho após a conclusão do 3º Ciclo do Ensino Básico. Esta hipótese é infirmada, pois a maioria dos jovens entrevistados pretende prosseguir para o ensino secundário e apenas 4 destes pretende iniciar uma actividade laboral, estando 2 destes alunos indecisos. Destaca-se que os jovens que pretendem

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

entrar no mercado de trabalho são aqueles que, tanto no CEF como no PIEF, apresentam menor sucesso escolar.

A terceira hipótese, afirmava que os percursos escolares alternativos possibilitam aos jovens aspirarem iniciar-se profissionalmente nessa área de especialização. Também esta hipótese é infirmada no quadro desta pesquisa, uma vez que os jovens inquiridos que frequentam o PIEF, apesar de realizarem estágio, não adquirem o certificado profissional, não se especializando portanto numa área profissional específica. Por sua vez, os jovens que frequentam o CEF, apesar de considerarem a certificação de 3º Ciclo importante, não é nessa área de formação profissional que pretendem ingressar no mercado de trabalho, pretendendo a maioria continuar a estudar.

A última hipótese definida afirmava que os jovens que escolheram percursos escolares alternativos sentem que terão limitações na procura de emprego. Esta hipótese pode ser confirmada em parte, pois os jovens sentem que terão dificuldade em encontrar emprego, devido à situação do emprego em Portugal, ao facto de terem pouca experiência profissional, idade pouco avançada, por apenas possuírem o 9º ano e por possíveis discriminações quanto à origem social. Porém, os jovens não perspectivam limitações em termos de empregabilidade pelo facto de frequentarem este tipo de modalidade formativa.

Retomando a pergunta de partida (quais as expectativas profissionais dos jovens com percursos escolares alternativos?), importa destacar algumas características familiares, sociais, culturais dos jovens. Os jovens entrevistados pertencem maioritariamente a famílias nucleares numerosas e 4 a famílias monoparentais. Os *progenitores* apresentam na sua grande maioria baixas habilitações literárias e exercem profissões não qualificadas. Dão importância relativa à escola e isso é transmitido aos jovens, explicando-lhes a importância desta para alcançarem uma situação profissional e económica mais estável (comparativamente com a sua).

Os jovens entrevistados, apresentam um elevado número de retenções e tiveram de costas voltadas para o ensino até à entrada na opção formativa actual. Porém, hoje traçam um projecto de vida, constituindo-se como objectivo para a maioria destes, o prosseguimento dos estudos ao nível secundário. Os jovens irão optar por áreas diferentes de ensino daquela que frequentam actualmente, no entanto consideram que esta etapa da sua vida foi importante para o desempenho profissional que pretendem ter no futuro.

Conclui-se então que os objectivos traçados para esta dissertação foram alcançados, procurando-se dar alguns contributos para o conhecimento das “expectativas profissionais dos jovens inseridos em percursos escolares alternativos”.

BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, Pedro (2003), *Os Sentidos da Escola – Identidades juvenis e dinâmicas da escolaridade*, Oeiras, Celta Editora.
- Agrupamento de Escolas Professor Agostinho da Silva (2009/2012), *Projecto Educativo: Sementes para um Futuro Melhor*, Casal de Cambra.
- Almeida, Ana Nunes de, VIEIRA, Maria Manuela (2006), *A escola em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Antunes, Fátima (1998), *Políticas Educativas para Portugal, Anos 80-90 – O debate acerca do ensino profissional na escola pública*, Lisboa, Coleção Políticas de Educação.
- Ávila, Patrícia (2005), *A Literacia dos Adultos: Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Azevedo, Joaquim (1999), *Inserção precoce de jovens no mercado de trabalho*, Lisboa, PETI.
- Bardin, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Cabrito, Belmiro Gil (1994), *Formações em Alternância: conceitos e práticas*, Lisboa, EDUCA.
- Capucha, Luís et al. (2009) (orgs.), *Mais Escolaridade – realidade e ambição: Estudo Preparatório do alargamento da escolaridade obrigatória*, Lisboa, ANQ.
- Carmo, Hermano e Ferreira, e Manuela Malheiro (1998), *Metodologia da Investigação: Guia para a Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Cruz, Adília M. R. Fonseca Ferreira (2004), *Alternativas Curriculares no Ensino Básico: Percursos ou Atalhos*, Dissertação de Mestrado em Ciências de Educação, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho de 2004.
- Despacho conjunto n.º 948/2003, de 26 de Setembro de 2003.
- Gonçalves, Maria Aurora Ferreira Gonçalves (2009), *Escolhas Escolares – Entre o Insucesso e o Abandono, Estudo de caso numa escola profissional agrícola*, Dissertação de Mestrado em Sociologia: ramo de especialização – Família, Educação e Políticas Sociais, Lisboa, ISCTE.
- Guerreiro, Maria das Dores et al (2006) (orgs.), *Os jovens e o mercado de trabalho – Caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas*, Lisboa, DGEEP/MTSS.
- Imaginário, Luís (1999), *A valorização da formação profissional inicial através da alternância*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Leite, Carlinda (1999), “A Flexibilização Curricular na construção de uma escola mais democrática e mais inclusiva”, *Território Educativo*, 7, Porto: DREN.
- Marconi, Marina de Andrade, e Eva Maria Lakatos, (1990), *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*, São Paulo, Editora Atlas.

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

- Oliveira, Henrique (2008), *O contributo dos Cursos de Educação Formação para o sucesso escolar e pessoal dos alunos*, Dissertação de Mestrado em Sociologia: ramo de especialização – Família, Educação e Políticas Sociais, Lisboa, Universidade Aberta.
- Ouro, Próspera Vitória Lérias Pé (2009), *Os Alunos do CEF: Última Oportunidade de Reconciliação com a escola...*, Dissertação de Mestrado em Educação e Sociedade, Lisboa, ISCTE.
- Peças, Américo (2001), “Uma Escola Acolhedora, Uma Educação Inclusiva”, *Ensino Magazine Online*, (Online), Artigo 13, Disponível em www.ensino.eu/em-artigo13.pdf
- Quivy, Raymond, e LucVan Campenhoudt, (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Sebastião, João, *et al* (1998) (orgs.), “Os Dilemas da escolaridade – Universalização, diversidade e inovação”, *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

ANEXOS

ANEXO A - Operacionalização de Variáveis

Dimensões	Categorias	Indicadores
Condições Socio-económicas	Origem Nacional	Nacionalidade
		Tradições Culturais
	Escolarização dos Progenitores	Importância da Escolaridade
		Níveis de Escolaridade
		Transmissão de Valores Escolares para os Filhos
	Origens Sociais	Profissão dos Progenitores
		Situação Face ao Trabalho
		Nível de Remuneração do Agregado
		Satisfação face à Situação Profissional
	Situação Familiar	Composição Familiar
Tipologia Familiar		
Trajectórias Escolares	Trajectórias Escolares Anteriores	Sucesso/Insucesso Escolar
		Comportamento
		Relacionamento com os Agentes da Comunidade Educativa
		Valores Escolares
		Hábitos de Estudo
		Expectativas Profissionais Antes da Entrada na Modalidade de Formação Actual
	Trajectória Formativa Actual	Escolha Formativa
		Representações Quanto ao Sistema de Ensino
		Relacionamento com os Agentes Escolares Envolvidos na Actual Modalidade Formativa
Expectativas Profissionais Futuras	Relação Formação - Profissão	Aproximação do Curso ao Mercado de Trabalho
		Realização de Estágios Profissionais
		Conhecimento de Profissões
		Certificação Profissional
		Utilidade do Curso no Futuro Profissional
	Perspectivas Futuras	Prosseguimento dos Estudos
		Escolha da Profissão
		Área de Formação na Escolha da Profissão
		Dificuldades/Obstáculos na Entrada no Mercado de Trabalho
		Auxílio dos Agentes

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

		Educativos na Entrada no Mercado de Trabalho
		Influencia das Origens Sociais na Entrada no Mercado de Trabalho
		Possibilidade de Ascensão de Carreira

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

ANEXO B - Guião de Entrevista Semi-estruturada:

Apresentação do entrevistador e explicitação clara e sucinta da pesquisa, realçando o papel das entrevistas e garantindo o carácter de anonimato pelo qual se rege a presente dissertação.

Condições Socio-económicas

- Idade
- Sexo
- Nacionalidade
- Local de Residência
- Nível de Escolaridade do pai e da mãe
- Profissão do pai e da mãe e situação face ao trabalho
- Satisfação dos pais face à profissão
- Nível de remunerações do agregado familiar
- Quantas pessoas residem em tua casa?
- Com quem reside
- Idade em que o jovem iniciou a escolaridade
- Como se relaciona o teu Encarregado de Educação com a Escola e com o Director de Turma?
- Esta relação sempre funcionou da mesma forma?
- Que importância dão os teus pais à escola?
- Qual é a opinião dos teus pais em relação ao teu percurso escolar?

Trajectórias Escolares Anteriores

- No passado reprovaste de ano? Quantas vezes?
- Antes de frequentares este curso tinhas hábitos de estudo?
- Que importância tem a escola para ti?
- Como era o teu comportamento antes de entrares no curso? Tiveste algum procedimento disciplinar?
- Como te relacionavas com os professores, colegas, funcionários e restantes agentes da comunidade educativa antes da entrada no curso?
- Em criança qual era a profissão que gostarias de ter? Mudaste essa vontade? Porquê?

Trajectória Formativa Actual

- Que curso frequentas actualmente?
- Por que motivo escolheste o curso que actualmente frequentas?
- Escolheste voluntariamente esse curso?
- Tiveste ajuda de alguém para entrares neste curso?

As Expectativas Profissionais dos Jovens Inseridos em Percursos Escolares Alternativos

- No início do curso que expectativas tinhas em relação ao mesmo?
- Em tua opinião, o curso que frequentas actualmente apresenta desvantagens? Descreve algumas?
- Que modalidades de formação conheces para a obtenção do certificado de 3º ciclo do ensino básico?
- Qual é a tua opinião relativamente a cada uma dessas modalidades?
- Que opinião têm os diferentes agentes da comunidade escolar quanto às diferentes modalidades de ensino para a aquisição do certificado de 3º ciclo do ensino básico?
- Actualmente neste curso, como te relacionas com os professores, colegas e restantes agentes da comunidade escolar?
- O que mudou na tua forma de estar na vida, desde a entrada no curso?

Expectativas Profissionais Futuras

- De que forma o curso que frequentas te prepara para a entrada no mercado de Trabalho?
- No decorrer do curso desenvolveste estágios profissionais? Em que profissão?
- O curso deu-te o conhecimento de várias profissões?
- De que forma te deram a conhecer essas profissões?
- Quando terminares o curso, qual é o certificado que adquires?
- Consideras que o curso que frequentas vai ser útil no teu futuro profissional?
- O que pretendes fazer quando terminares o curso?
- Já equacionaste prosseguir nos estudos? Em que área de formação?
- Vais procurar emprego em que profissão?
- De que forma o curso que frequentas vai influenciar a escolha da profissão?
- Em tua opinião, que dificuldades irás sentir na entrada no mercado de trabalho?
- De que forma os agentes da comunidade educativa te irão auxiliar na procura de emprego ou na continuação dos estudos?
- Consideras que a tua origem social terá influência na entrada no mercado de trabalho? De que forma irá influenciar?
- A profissão que pretendes procurar será a que desejas ter num futuro mais distante?
- Consideras que poderás progredir na carreira que escolheste?

Fim.